



MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2012

27 de Março de 2012

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	4
II.	MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE.....	5
III.	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
IV.	CONVITE	7
V.	REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS.....	8
VI.	INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA.....	11
VII.	ANEXOS	20
	ANEXO A: MODELO DE PROCURAÇÃO	21
	ANEXO B: COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA (CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA).....	22
	ANEXO C: PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481)	94
	ANEXO D: PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2012.....	101
	ANEXO E: PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL (CONFORME ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA).....	102
	ANEXO F: INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL (CONFORME ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA).....	115
	ANEXO G: DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS (CONFORME INSTRUÇÃO CVM 480 E INSTRUÇÃO CVM 481).....	127
	ANEXO H: EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	127



I. INTRODUÇÃO

O presente manual (“Manual”) foi elaborado pela Administração da Forjas Taurus S.A. (“Companhia” ou “Taurus”) com vistas a reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 27 de abril de 2012 (“Assembleia”).

A Administração da Companhia recomenda a aprovação de todas as matérias constantes deste Manual, as quais foram aprovadas sem restrições pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada nesta data, 27 de março de 2012.

II. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Prezados Acionistas,

Com a crescente e positiva evolução do nível de Governança Corporativa no mercado de capitais, temos a satisfação de apresentá-los este Manual, com o objetivo de antecipar esclarecimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas a respeito das deliberações constantes da ordem do dia da Assembleia, a qual será realizada na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

A data, local, matérias a serem deliberadas na Assembleia e todas as orientações e procedimentos de votos estão detalhadas neste Manual.

Poderá também ser encontrado dentre os anexos um modelo de procuração para facilitar sua participação na Assembleia.

Para facilitar a sua análise e apreciação das matérias a serem examinadas, poderão ser encontrados no capítulo de Anexos deste Manual os documentos referentes a cada matéria constante da ordem do dia. O Manual para participação na Assembleia foi elaborado em consonância com as exigências da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), notadamente em relação à disponibilidade das informações exigidas pela Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 480”) e também pela Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”).

Informamos que para a instalação da Assembleia, será necessária a presença de, pelo menos, 25% do capital social votante da Companhia. Caso esse quórum legal não seja atingido, a Companhia anunciará nova data para a realização da Assembleia em segunda convocação. Nessa ocasião, a Assembleia poderá ser instalada com a presença de, pelo menos, 1 (um) acionista.

A Companhia poderá ter conhecimento prévio da existência de um quórum suficiente para a instalação da Assembleia logo em primeira convocação com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência ao início da Assembleia.

A este respeito, os melhores esforços serão envidados para que a Assembleia se instale e se realize em primeira convocação, e, para tanto, a sua participação é muito importante para a Companhia, especialmente após a migração para o Nível 2 de Governança Corporativa, visando o cumprimento da regulamentação e dos elevados níveis de exigência.

O Manual da Companhia foi elaborado para que nossos acionistas tenham facilidade de acesso às informações pertinentes à Assembleia e visando o esclarecimento das matérias objeto da Assembleia, aprimorando nossos canais de comunicação.

Além disso, a área de Relações com Investidores está à disposição para esclarecer qualquer dúvida em relação ao material aqui apresentado.

Atenciosamente,

Dennis Braz Gonçalves

Diretor Presidente

III. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

É com muito prazer que convido os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia da Companhia, convocada para o dia 27 de abril de 2012, às 9h, na sede da Companhia, localizada na Avenida do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre/RS – Brasil. Os assuntos a serem deliberados na Assembleia estão descritos no Edital de Convocação e neste Manual. Por favor, leia-o com atenção.

Seu voto é muito importante para a Companhia, pois será nossa primeira Assembleia Geral de Acionistas após a migração para o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA realizada em 07 de julho de 2011, bem como após a reestruturação societária que levou à criação do novo modelo corporativo pulverizado da Companhia, com um acionista de referência, que também ocorreu em julho de 2011.

Em 2011, em linha com a reestruturação societária, houve uma reforma estatutária, tendo sido constituído um Conselho de Administração, o qual passei a presidir, me afastando das atividades executivas. O Conselho de Administração é composto de 7 (sete) membros, tendo sido assegurado no Estatuto Social da Companhia que 40% do total sejam independentes, além da criação de 3 (três) Comitês Estatutários de assessoramento ao Conselho, o que antecipa uma tendência de mercado, uma vez que não são ainda obrigatórios para Companhias listadas no Nível 2.

Foi criado, ainda, o cargo de Diretor-Secretário do Conselho de Administração, Sr. Edair Deconto, que auxilia nos trabalhos desse órgão e dos Comitês de Auditoria e Riscos; Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas; e Gestão e Governança Corporativa.

A reforma estatutária também contemplou dividendos mínimos obrigatórios de 35% do lucro líquido disponível para distribuição, pagos semestralmente, além de direitos adicionais aos acionistas preferencialistas, como *tag along* de 100% e direito de voto na Assembleia Geral em matérias relevantes.

Informamos, ainda, que na próxima Assembleia haverá eleição para o Conselho Fiscal, instalado em caráter permanente de acordo com o Estatuto Social da Companhia e a legislação em vigor. Serão indicados 2 (dois) novos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, como representantes de acionistas ordinariistas, que, se eleitos, elevarão o número de conselheiros de 3 (três) para 5 (cinco).

Na Assembleia, contaremos com a presença do Diretor Presidente e da Diretora de Relação com Investidores, além de representante dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal, os quais poderão prestar quaisquer informações relativas aos assuntos submetidos à deliberação dos acionistas.

Contamos com sua presença.

Obrigado por sua atenção,

Luis Fernando da Costa Estima
Presidente do Conselho de Administração

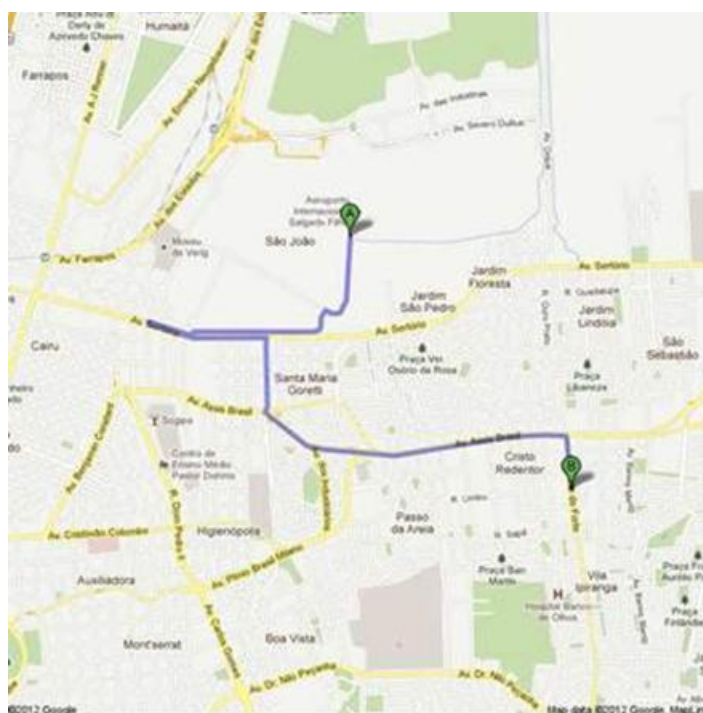
IV. CONVITE

DATA: 27 de abril de 2012

HORÁRIO: 9:00 horas

LOCAL: Sede social da Companhia, localizada na Av. do Forte, n.º 511 - Vila Ipiranga, CEP: 91.360-000, Porto Alegre, RS – Brasil

MAPA: Indica o percurso do Aeroporto Internacional Salgado Filho até a Companhia.



MATÉRIAS: (1) examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras anuais completas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011; (2) examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a distribuição de dividendos e a ratificação dos juros sobre capital próprio; (3) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2012; (4) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2012; (5) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (6) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2012.

V. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

Para participar da Assembleia, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar:

- (i) documento de identidade;
- (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data prevista para a realização da Assembleia; ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e
- (iii) se for o caso, instrumentos de mandato para representação do Acionista por procurador, outorgado nos termos do Art. 126, §1º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor (“Lei das S.A.”), desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes bastantes).

OBSERVAÇÕES:

(1) Para os fins do item “i” acima, a Companhia aceitará os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado; (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado; (iii) Passaporte válido expedido por órgão autorizado; (iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e (v) carteira nacional de habilitação com foto (CNH nova);

(2) Com relação ao item “ii” acima, os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de 3 (três) dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento;

(3) Para os fins do item “iii” acima, no caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação (quando aplicável);

(4) Também para os fins do item “iii” acima, no caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da legislação que lhe for aplicável;

(5) Ainda para os fins do item “iii” acima, no caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverão passar por processo de notariação e consularização, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas 3 (três) línguas mencionadas; e

(6) Com o propósito de facilitar a participação na Assembleia dos Acionistas que desejarem ser representados por procurador, a Administração da Companhia informa que encontra-se a disposição dos Senhores Acionistas, como mera cortesia e sem qualquer compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo A deste Manual, cabendo aos Senhores Acionistas nomear seus respectivos procuradores e observar os requisitos indicados neste item “V – Representação dos Acionistas”.

A respeito do Anexo A e dos nomes acima indicados, a Administração da Companhia ressalta que os Senhores Acionistas, em nenhuma hipótese e sob nenhum pretexto, deverão considerar que tal sugestão de texto e nome de procuradores configura um pedido público de procuração para os fins do Artigo 23 da Instrução CVM 481, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à vossa disposição.

Os originais ou cópias dos documentos citados neste item “V – Representação dos Acionistas” deverão ser entregues na sede da Companhia até o início da Assembleia.

Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente até às 18:00 horas do dia 23 de abril de 2011, o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos via fac-símile para o número (51) 3021-3110, em atenção à Área de Relações com Investidores (A/C Edair Deconto ou Doris Wilhelm); por e-mail para ri@taurus.com.br, doris.wilhelm@taurus.com.br; ou, ainda, para o seguinte endereço:

Forjas Taurus S.A.

Avenida do Forte, n.º 511 - Vila Ipiranga, CEP 91360-000

Porto Alegre, RS - Brasil

A/C Edair Deconto ou Doris Wilhelm

Por fim, esclarecemos que a apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia. Documentos que não forem retirados pelos acionistas serão destruídos pela Administração da Companhia no prazo de 72 horas após sua realização.

VI. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA

A Companhia deve promover a realização de uma Assembleia Geral Ordinária anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, conforme disposto no Artigo 132 da Lei das S.A. e no Artigo 21 de seu Estatuto Social, para deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício;
- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se aplicável; e
- (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, conforme o caso.

Ademais, a Assembleia Geral deve também fixar anualmente o montante global da remuneração dos administradores, nos termos do Artigo 152 da Lei das S.A. e do Artigo 10, §1º do Estatuto Social da Companhia.

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Dessa forma, este Manual apresenta, de forma sistemática, as informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, ou indica o local em que algumas dessas informações encontram-se disponíveis.

A Administração da Companhia informa que os documentos e informações referidos no Artigo 133 da Lei das S.A., no Artigo 25 da Instrução CVM 480, e nos Artigos 9, 10 e 12 da Instrução CVM 481, relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia, estão disponíveis a partir desta data na sede da Companhia e nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.aurus.com.br).

VI.1. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras anuais completas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011

As contas dos administradores são apresentadas junto do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras elaboradas pela Diretoria da Companhia. Antes de serem levadas ao conhecimento e aprovação dos acionistas, as contas devem ser aprovadas previamente pelo seu Conselho de Administração. Após a coleta da opinião dos Conselheiros Fiscais, as contas são por fim submetidas à Assembleia.

O Relatório da Administração contém informações de caráter financeiro e não financeiro, além de informações estatísticas e operacionais, sobre a análise e discussão das principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício. O Relatório da Administração contém, ainda, informações relacionadas aos colaboradores, responsabilidade social, mercado de capitais, governança corporativa, dentre outras.

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, permitindo aos Senhores Acionistas avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia. Ademais, referido documento deve ser elaborado de acordo com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária e as normas complementares editadas pela CVM.

As Demonstrações Financeiras são compostas por 5 (cinco) documentos, a saber::

- (i) Balanço Patrimonial;
- (ii) Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados;
- (iii) Demonstração do Resultado do Exercício;
- (iv) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- (v) Demonstração do Valor Adicionado.

Ademais, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Financeiras, no intuito de complementá-las, além de auxiliar sua análise e entendimento. Trata-se de imposição legal prevista no §5º, IV, do Artigo 176 da Lei das S.A., que determina a indicação, nas Notas Explicativas, acerca dos seguintes aspectos:

- (i) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- (ii) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
- (iii) o aumento de valor de elementos do Ativo resultantes de novas avaliações;
- (iv) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;

- (v) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- (vi) o número, as espécies e as classes das ações do capital social;
- (vii) as opções de compras de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- (viii) os ajustes de exercícios anteriores; e
- (ix) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

VI.1.A. Apresentação das Demonstrações Financeiras

Trata-se da aprovação do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, bem como o exame, a discussão e a deliberação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Para fins de cumprimento do Artigo 133 da Lei das S.A. e da Instrução CVM 481, a Administração da Companhia disponibilizou aos Senhores Acionistas nesta data, 27 de março de 2012, a seguinte documentação:

- (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (ii) Relatório Anual da Administração sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011;
- (iii) Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2012;
- (vi) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes;
- (vii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras; e

- (viii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Artigo 9º da Instrução CVM 481 e conforme item 10 do Formulário de Referência da Companhia.

A Administração da Companhia informa que, nos termos da regulamentação, todos os documentos acima listados encontram-se consolidados e disponíveis no Sistema de Envio de Informações Periódicas e Eventuais – IPE da CVM, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas”, com exceção do documento constante do item “ix” acima, que se encontra anexo ao presente Manual como Anexo B.

Ainda sobre as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Administração da Companhia informa que, em linha com o processo de harmonização das práticas contábeis internacionais, a Companhia adotou integralmente os dispositivos das Leis n.º 11.638/2007 e Lei 11.941/2009 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Neste mesmo sentido, todos os pronunciamentos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos de 2008 a 2011 foram igualmente adotados quando aplicáveis à Companhia.

Ademais, a Administração da Companhia informa que o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia foram auditados pelos Auditores Independentes, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) (vide item “VI.1.B – Auditoria pelos Auditores Independentes” abaixo), previamente à aprovação pelo Conselho de Administração e à emissão da opinião do Conselho Fiscal, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

Pelo exposto, a Administração da Companhia recomenda aos seus Acionistas que examinem detidamente todos os documentos disponibilizados, a fim de deliberarem sobre a aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

VI.1.B. Auditoria pelos Auditores Independentes

As Demonstrações Financeiras das companhias abertas devem ser auditadas por auditor independente, registrado na CVM, estando os auditores independentes sujeitos a rodízio obrigatório a cada 5 (cinco) anos. Atualmente, as Demonstrações Financeiras da Companhia são auditadas pela KPMG, sendo este o quinto exercício social consecutivo auditado pela KPMG. Dessa forma, a partir do próximo exercício social, o auditor independente será a Ernst & Young Auditores Independentes S.S..

Após a verificação dos registros da Companhia, a KPMG emitiu parecer aprovando sem ressalva as Demonstrações Financeiras, divulgado por meio do Sistema de Informações Periódicas – IPE.

VI.1.C. Data Base das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras compreendem o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2011 e encerrado no dia 31 de dezembro de 2011.

VI.2. Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a distribuição de dividendos e a ratificação dos juros sobre capital próprio

O Resultado do Exercício da Companhia é obtido através do cômputo das receitas e rendimentos ganhos no período, bem como dos custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos. Deste resultado, são deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.

Em seguida, no caso de ser assegurado aos acionistas no exercício social em referência o dividendo obrigatório previsto no Art. 37, §1º do Estatuto Social da Companhia, é deduzida, ainda, uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

A Administração da Companhia deve apresentar à Assembleia a proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício resultante das deduções acima apresentadas, quando houver lucro existente, sendo que tal proposta deverá observar as seguintes regras, de acordo com os Arts. 36, 37 e 38 do Estatuto Social da Companhia e da legislação em vigor:

(i) Antes de qualquer outra destinação, no mínimo 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício serão aplicados na constituição de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das demais reservas de capital, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social;

(ii) Em seguida, serão consideradas as importâncias destinadas à formação da reserva para contingências, à reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores e à formação da reserva de incentivos fiscais;

(iii) Do lucro líquido ajustado conforme itens acima, será distribuída aos acionistas, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento), que deverá ser paga semestralmente;

(iv) No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, referido no item anterior, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da

Administração, destinar o excesso (saldo remanescente do lucro líquido ajustado) à constituição de reserva de lucros a realizar.

(v) A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções acima previstas poderá ser total ou parcialmente atribuída, por proposta da Administração, como: (v.1) Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral, sendo certo que o saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social realizado; (v.2) retenção de lucros, quando, por proposta da Administração, a Assembleia Geral aprovar referida retenção, baseada em orçamento de capital também aprovado pela Assembleia Geral; ou (v.3) dividendo suplementar aos acionistas.

Com relação ao dividendo obrigatório da Companhia, vale ressaltar que, além da conta de lucro líquido, referido dividendo também pode ser pago à conta de lucros acumulados e de reserva de lucros da Companhia.

O lucro líquido da Companhia, que corresponde ao resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, após deduções das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social e das participações estatutárias, foi de R\$37.300.000,00 (trinta e sete milhões e trezentos mil Reais) (em 2010, o lucro líquido correspondeu a R\$70.300.000,00).

O Anexo C contém a proposta dos Administradores para a destinação do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 9º e conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481.

De acordo com as informações constantes do Anexo C, o montante global de dividendos e juros sobre capital próprios propostos para o ano de 2011 é de R\$16.767 mil (R\$0,13/ação ordinária e preferencial), creditados em 17 de agosto de 2011 e em 17 de novembro de 2011 na forma de crédito de juros sobre o capital próprio, ambos *ad referendum* da Assembleia.

A destinação ora proposta encontra-se devidamente refletida nas Demonstrações Financeiras elaboradas pela Diretoria, tendo sido formulada em conformidade com as obrigações legais e estatutárias da Companhia, perseguindo rigorosamente a finalidade máxima constante do seu objeto social. Ademais, referida proposta contou com aprovação do Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal.

Farão jus a estes dividendos os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 10 de agosto de 2011 (relativamente ao 1º semestre de 2011) e em 17 de novembro de 2011, relativos ao exercício, data em que foram creditados nos registros contábeis da Companhia.

As ações da Companhia ficaram ex-juros sobre capital próprio em 11 de agosto de 2011 no que se refere à antecipação realizada sobre o resultado do 1º semestre de 2011, e em 18 de novembro de 2011 no que se refere à 2ª distribuição semestral. Os juros sobre capital próprio relativos ao 1º semestre de 2011 foram pagos a partir de 17 de outubro de 2011 e os relativos ao exercício de 2011 serão pagos a contar de 02 de abril de 2012. Em ambos os casos, sem remuneração ou atualização monetária.

VI.3. Examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2012

De acordo com o previsto no Artigo 196 da Lei das S.A., no Artigo 39 do Estatuto Social da Companhia e, ainda, seguindo a orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/No 004/2011, notadamente seu item 25 (*orçamento de capital*), a Companhia vem a público apresentar a proposta de Orçamento de Capital *ad referendum* da Assembleia.

A este respeito, a Administração da Companhia propõe o orçamento de capital descrito no Anexo D do presente Manual para o exercício de 2012 e suas fontes de recursos.

VI.4. Examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2012

Conforme previsto no Artigo 152 da Lei das S.A., Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

No mesmo sentido, dispõe o Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, que prevê como competência da Assembleia Geral fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do Artigo 27 do Estatuto Social, fixar a remuneração dos administradores, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Lei das S.A. prevê a possibilidade de o estatuto social atribuir aos administradores participação no lucro da companhia e, em consonância com o referido dispositivo legal, o Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia prevê uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes após as deduções dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para o imposto de renda, sendo que tal participação não poderá ultrapassar a remuneração global anual dos administradores.

O Anexo E traz a proposta para fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2012, nos termos do Artigo 12 da Instrução CVM 481 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia.

A Proposta de Remuneração da Administração para o exercício de 2012, incluindo Diretores Estatutários e Conselheiros de Administração, totaliza até R\$ 8.100.000,00, valor esse a ser rateado entre os administradores por deliberação do Conselho de Administração.

VI.5. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo as suas regras previstas no Capítulo V do Estatuto Social da Companhia. Referido órgão deve ser composto por, no mínimo, 03 (três), e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

A eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes ocorre da seguinte forma:

(i) os acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto terão o direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e respectivo suplente do Conselho Fiscal; tendo igual direito os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

(ii) os demais acionistas com direito a voto presentes na Assembleia Geral Ordinária terão o direito de eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal que, em qualquer caso, serão em número igual ao dos eleitos nos termos do item anterior, mais um.

O Acionista ou o grupo de Acionistas que desejar indicar um membro ao Conselho Fiscal e respectivo suplente deverá comparecer à Assembleia, pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição, cumprindo, inclusive, os dispositivos da Instrução CVM 481.

O Anexo F contém as informações sobre os candidatos indicados ou apoiados pela Administração da Companhia ou pelos acionistas controladores para o Conselho Fiscal, nos termos do Artigo 10 da Instrução CVM 481 e conforme itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia.

A esse respeito, a Administração da Companhia informa que recomendará a reeleição dos atuais 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho Fiscal da Companhia que foram eleitos na última Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 29 de abril de 2011, com mandato até a data de

realização da Assembleia, com exceção do Sr. Guilherme Francisco Bolognesi Peretti, indicando, em seu lugar, para compor o Conselho Fiscal como membro efetivo, o Sr. Edgar Panceri.

Além dessas indicações, os acionistas Sr. Fernando Costa Estima e PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil comunicaram à Companhia que também apresentarão as indicações constante das tabelas abaixo para o Conselho Fiscal, sem prejuízo de indicações que possam ser feitas por acionistas e administradores até a data da Assembleia. Se eleitos na Assembleia, o número de membros do Conselho Fiscal passará de 3 (três) para 5 (cinco) no total, em consonância com o Artigo 34 do Estatuto Social.

Representantes indicados pelo acionista PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil:

Titular	Suplente
Sr. Romildo Gouvea Pinto	Sr. Nestor Luis Jung

Representantes indicados pelo acionista INVESPAR Investimentos e Participações Ltda.:

Titular	Suplente
Sr. Marcelo de Deus Saweryn	Sr. Lisiane Miguel Wilke

No que se refere aos candidatos indicados pelos acionistas PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e INVESPAR Investimentos e Participações Ltda., informamos que o Anexo F também contém as informações sobre referidos candidatos, nos exatos termos do Artigo 10 da Instrução CVM 481 e conforme itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia.

VI.6. Examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2012

Conforme previsto no Artigo 162, §3º da Lei das S.A. e nos termos do Artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral elegerá e empossará os membros e respectivos suplentes do Conselho Fiscal, fixando-lhes sua remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

O Anexo E traz a proposta para fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do Artigo 12 da Instrução CVM 481 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia, a saber: remuneração mensal fixada no valor equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, o que significa o montante de R\$415,8 mil, se permanecer o número atual de 3 (três) Conselheiros Fiscais, e de R\$603,2 mil, se forem eleitos os 2 (dois) membros adicionais, perfazendo um total de 5 Conselheiros Fiscais.

VII. ANEXOS

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Os anexos deste Manual apresentam algumas das informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, conforme abaixo indicado. No Anexo G, os Senhores Acionistas poderão encontrar, ainda, a indicação do local em que as demais informações e documentos exigidos nos termos da regulamentação aplicável e não apresentados neste Manual encontram-se disponíveis.

ANEXO	DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
ANEXO A	Modelo de Procuração	-
ANEXO B	Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia.	Conforme Artigo 9º da Instrução CVM 481 e nos termos do Item 10 do Formulário de Referência.
ANEXO C	Proposta de Destinação do Lucro Líquido.	Conforme Artigo 9º e nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481.
ANEXO D	Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2012.	Conforme Artigo 196 da Lei das S.A. e Item 25 do Ofício-Circular/CVM/SEP/No 004/2011.
ANEXO E	Proposta de Remuneração dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal.	Conforme Artigo 12 da Instrução CVM 481 e nos termos do Item 13 do Formulário de Referência.
ANEXO F	Informações sobre os candidatos indicados para o Conselho Fiscal.	Conforme Artigo 12 da Instrução CVM 481 e nos termos do Item 13 do Formulário de Referência.
ANEXO G	Demais informações e documentos.	Conforme Instrução CVM 480 e Instrução CVM 481.
ANEXO H	Edital de Convocação.	Edital de Convocação para a Assembleia.

A Administração da Companhia esclarece que a numeração dos subitens dos Anexos ao presente Manual observa, quando aplicável, a respectiva numeração constante do Formulário de Referência ou dos anexos à Instrução CVM 481.

Porto Alegre, 27 de março de 2012

DENNIS BRAZ GONÇALVES
Diretor Presidente

DÓRIS BEATRIZ FRANÇA WILHELM
Diretora de Relações com Investidores

*_*_*

ANEXO A

MODELO DE PROCURAÇÃO

[Nome], [qualificação] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. [nome], [qualificação] (“Outorgado”), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27 de abril de 2012, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre/RS, e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da ordem do dia da Assembleia:

(1) examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras anuais completas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011

☐ Aprovação ☐ Desaprovação ☐ Abstenção

(2) examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a distribuição de dividendos e a ratificação dos juros sobre capital próprio

☐ Aprovação ☐ Desaprovação ☐ Abstenção

(3) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2012

☐ Aprovação ☐ Desaprovação ☐ Abstenção

(4) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2012

☐ Aprovação ☐ Desaprovação ☐ Abstenção

(5) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia

☐ Aprovação – Candidato(s) _____ ☐ Desaprovação ☐ Abstenção

(6) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2012

☐ Aprovação ☐ Desaprovação ☐ Abstenção

[Local], [dia] de [mês] de 2012

[Assinatura do Outorgante com firma reconhecida]

ANEXO B

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10.1. Comentários dos diretores sobre:

As Demonstrações Contábeis dos três exercícios findos em 31/12/09, 31/12/10 e 31/12/09 (R= reclassificado pelo IFRS) incluem as Demonstrações Contábeis consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); bem como as demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário.

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31-12-09

Conforme divulgado e demonstrado em nota explicativa (número 8 do balanço), em setembro de 2011 a Administração da Companhia tomou a decisão de alienar o investimento na controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. e, em conformidade com os pronunciamentos técnicos IFRS 5 e CPC 31, passou a classificar nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31-12-11, os ativos e passivos relacionados a esta controlada como “mantidos para a venda”.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado, nos exercícios de 2011 e 2010, em montante único nas demonstrações de resultado e de fluxo de caixa, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações a fim de facilitar a comparabilidade e atender o CPC 26, que determina a divulgação comparativa de no mínimo dois balanços patrimoniais e duas de cada uma das demonstrações financeiras.

No entanto, para atender ao modelo de divulgação do formulário DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas, onde se exige a apresentação do último, penúltimo e antepenúltimo exercícios, a Companhia apresenta, nesta DFP as demonstrações consolidadas referente ao exercício findo em 2009 sem a reclassificação referente aos ativos e passivos mantidos para venda, assim como o resultado das operações descontinuadas referente ao investimento da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. existente naquele período, não

ocorrendo assim parâmetros para comparabilidade.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

2009^R: O endividamento total da Companhia, considerando o somatório entre o passivo circulante mais o passivo não-circulante, totalizava R\$504,5 milhões, representando um índice de endividamento de 1,22, considerando a soma do passivo circulante mais o passivo não-circulante, dividido pelo patrimônio Líquido de R\$414,8 milhões em 31/dez/09^R.

O retorno sobre o capital social foi de 31,5%.

A dívida bancária, incluindo o endividamento consolidado de curto e longo prazo com instituições financeiras em 31/dez/09^R, totalizava R\$360,9 milhões, sendo 57,6% no curto prazo e 9,2% em moeda estrangeira, e sendo modalidades de empréstimos para capital de giro, FINAME, FINEP, BNDES- Exim-Pré-Embarque e financiamento para aquisição de imobilizado. A dívida líquida totalizava R\$183,4 milhões, considerando o endividamento bancário de curto e longo prazo, deduzido das disponibilidades.

A liquidez geral foi de 1,3 e a liquidez circulante de 1,7; e o grau de endividamento sobre recursos totais de 54,9%.

2010: O endividamento total da Companhia, considerando o somatório entre o passivo circulante mais o passivo não-circulante, totalizava R\$539,3 milhões, representando um índice de endividamento de 1,17, considerando a soma do passivo circulante mais o passivo não-circulante, dividido pelo patrimônio Líquido de R\$460,6 milhões em 31/dez/10.

O retorno sobre o capital social foi de 35%.

Em 08 de junho de 2010, a Companhia captou R\$103 milhões por meio da 1ª emissão de debêntures, tendo celebrado instrumento particular de escritura pública, em série única, correspondendo a 10.300 debêntures, distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures – SND, remunerando a taxa DI + 4,1%.

Em 31 de dezembro de 2010, havia um saldo de debêntures de R\$105,2 milhões, assim distribuídos: 30,7% no curto prazo e 60,3% no longo prazo. A captação tinha como objetivo assegurar a liquidez da Companhia, sendo que, na 1ª emissão, o valor nominal unitário tinha que ser pago em 7 parcelas semestrais, com carência de 12 meses, iniciado em 15 de abril de 2011.

A dívida líquida em 31/dez/10 atingiu R\$174,7 milhões, em função das disponibilidades no montante de R\$ 191,3 milhões.

As disponibilidades são suficientes para fazer frente a eventuais necessidades de liquidação de compromissos com fornecedores, pagamento de empréstimos ou financiamentos.

A liquidez geral em 31 de dezembro de 2010 era de 1,3 e a liquidez circulante de 2,4 e o grau de endividamento sobre recursos totais de 53,9%.

2011: O endividamento total da Companhia, considerando o somatório entre o passivo circulante mais o passivo não-circulante, totalizava R\$801,4 milhões, representando um índice de endividamento de 2,5, considerando a soma do passivo circulante mais o passivo não-circulante, dividido pelo patrimônio Líquido de R\$325,2 milhões em 31/dez/11.

O aumento no endividamento total, da ordem de R\$262,1 milhões em 2011, foi decorrente da 2ª emissão de debêntures e da dívida da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., que passou a ser controlada da Companhia, em decorrência da Reestruturação aprovada em AGE/AGESP realizada em 27 de maio de 2011, e como parte da estratégia de criação de dois segmentos de negócios: I. Defesa e Segurança; e de II. Metalurgia e Plásticos.

O Patrimônio líquido da Companhia, em 31/dez/11, foi reduzido em R\$135,3 milhões, em função da reestruturação societária, que apesar do aumento de capital verificado, absorveu R\$132,8 milhões de reserva para investimentos, oriunda da reserva de lucros; R\$41 milhões de transações de capital; além do pagamento do reembolso dos acionistas dissidentes.

Consequentemente, os índices gerais de endividamentos da Companhia em 2011, sofreram alterações, quando comparados ao exercício de 2010, bem como o retorno sobre o capital social, que ficou em 14,5%, inferior ao verificado em 2010.

O endividamento bancário consolidado de curto e longo prazo em 31/dez/11 totalizava R\$544,5 milhões, sendo 42,9% no curto prazo e 34,9% denominados em moeda estrangeira. A dívida bancária é composta por: (i) capital de giro; (ii) FINAME e FINEP; (iii) BNDES-PEC; (iv) FNE; e (v) FINIMP; e (vi) Financiamento para aquisição de imobilizado, concentrando 65,1% da dívida total em moeda local.

Em 06 de setembro de 2011 a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures, tendo celebrado instrumento particular de escritura pública, no valor nominal total de R\$50 milhões em série única, correspondendo a 200 debêntures, distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures – SND, remunerando a taxa DI +2,8%.

Em 31 de dezembro de 2011, havia um saldo de debêntures de R\$125,3 milhões, assim distribuídos: 60,5% no curto prazo e 39,5% no longo prazo. Para a 2ª emissão, o valor nominal unitário a será pago em 13 parcelas trimestrais, com carência de 24 meses, iniciado em 23 de agosto de 2013.

A dívida líquida em 31 de dezembro de 2011 atingiu R\$364 milhões, em função das disponibilidades no montante de R\$ 180,5 milhões.

A liquidez geral em 31 de dezembro de 2011 era de 1,0 e a liquidez circulante de 1,6 e o grau de endividamento sobre recursos totais de 71,1%.

As disponibilidades são suficientes para fazer frente a eventuais necessidades de liquidação de compromissos com fornecedores, pagamento de empréstimos ou financiamentos.

Alinhada com a estratégia do Plano de Negócios e da gestão financeira, a Companhia vem estudando alternativas para a capitalização redução da dívida.

A estratégia financeira atual e para os próximos anos da Companhia é focada (i) no alongamento do perfil da sua dívida; (ii) na redução do seu custo médio, que poderá ser via acesso ao mercado de dívida local e internacional; (iii) na intenção de efetuar o resgate antecipado das debêntures de 1ª emissão, sujeito a um processo de negociação com os detentores destes títulos.

Tendo em vista a expectativa de liquidação antecipada da 1ª emissão das debêntures, dentro do exercício de 2012, o saldo das debêntures foi contabilizado no passivo circulante, o que em um primeiro momento levou o índice de liquidez corrente (circulante) para 1,6 em 31/dez/11 contra 2,4 em 31/dez/10.

As duas emissões de debêntures trouxeram para a Companhia alguns compromissos (*covenants*), tendo sido realizada uma Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures da 1ª Emissão em 20/set/11, alterando os índices financeiros mínimos de Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,25 vezes e EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas, igual ou superior a 2,75 vezes, mediante pagamento de prêmio pela Companhia, no valor de 0,6% sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures. Em 31 de dezembro de 2011, o índice de Dívida Líquida/EBITDA foi de 2,78 vezes e EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas foi de 2,75 vezes.

Todas as condições restritivas e cláusulas relativas à Escritura Pública das Debêntures estão sendo adequadamente monitoradas e atendidas.

Em 2011, a gestão financeira da Companhia e de suas controladas passou a ter mais ênfase na visão corporativa, com o objetivo de maximizar e potencializar as oportunidades de captação e de custo se captação nos mercados locais e internacionais, até pelo fato de ser exportadora. Atualmente, a Companhia está em fase de negociação,

para obtenção de linhas de financiamento de longo prazo (5 anos), a custos inferiores aos das debêntures, razão pela qual a Companhia intenciona a liquidação antecipada da 1ª emissão, reduzindo significativamente as despesas financeiras em 2012 em diante.

A política da Diretoria é de manter uma sólida base de capital para assegurar os investimentos em expansão orgânica ou inorgânica (por meio de aquisições) e fazer frente ao CAPEX de R\$47,5 milhões realizado em 2011 e aos R\$78,7 milhões aprovado como Orçamento de Capital para 2012, mantendo o desenvolvimento futuro dos negócios e o crescimento em seus mercados de atuação no Brasil e no exterior.

Como evento subsequente ao exercício de 2011, em linha com a preocupação em ampliar a Governança Corporativa, após a listagem no nível 2 da BM&FBOVESPA em julho de 2011, bem como visando contribuir com a estratégia voltada para a gestão financeira alinhada com a gestão operacional, ambas com foco corporativo, o Conselho de Administração criou 3 Comitês Estatutários de assessoramento ao Conselho, com seus respectivos Regimentos Internos, em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2012, antecipando uma tendência, uma vez que não são obrigatórios pela regulamentação do mercado de capitais no Brasil. Os 3 comitês são: (i) *Comitê de Gestão e Governança Corporativa*; (ii) *Comitê de Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas*; e (iii) *Comitê de Auditoria e Riscos*.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Reestruturação Societária

Em 4 de julho de 2011, data da primeira reunião do Conselho de Administração com os membros eleitos em virtude da Assembleia Geral Extraordinária e Especial de Preferencialistas da Companhia realizada em 27 de maio de 2011, a Administração da Companhia ratificou a reestruturação societária envolvendo a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. (“Reestruturação”) e a Companhia, deliberando sua concretização conforme segue:

- (i) a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia ao patrimônio da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. (“Polimetal”), nos termos dos artigos 252 e 264 da Lei 6.404/76, a qual permitiu a migração temporária dos acionistas não controladores da Companhia para a Polimetal;
- (ii) o resgate de 50.538.848 ações de emissão da Companhia, sendo 16.846.283 ações ordinárias e 33.692.565 ações preferenciais de emissão da Companhia, a suporte da conta de reservas de lucros existentes, sem redução de capital, nos termos do artigo 44 da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 165 milhões, para quitar dívida registrada no balanço patrimonial da Polimetal;

- (iii) a subsequente incorporação da totalidade das ações de emissão da Polimetal ao patrimônio da Companhia, com a conversão definitiva da Polimetal em subsidiária integral, nos termos dos artigos 252 e 264 da Lei 6.404/76, a qual permitiu o regresso da base acionária à Companhia; e
- (iv) a segmentação das atividades desenvolvidas pela Companhia em “Segmento Taurus” e “Segmento Polimetal”, a ser implementada por meio de futuro aumento do capital social da Polimetal, mediante a contribuição, pela Companhia, de ativos e participações referentes ao “Segmento Polimetal”, bem como a incorporação de outras companhias atuantes no “Segmento Polimetal”, atualmente controladas pela Companhia.

Acionistas dissidentes, não - controladores, optaram pelo direito de recesso previsto na Lei 6.404/76, foram adquiridas 9.965.702 ações para manutenção em tesouraria em função do reembolso aos acionistas que exerceram o direito de retirada, no montante de R\$32,9 milhões. Após o desdobramento e o grupamento como parte da reestruturação, a quantidade de ações em tesouraria em 31/dez/11 era de 12.436.107.

A estrutura societária da Companhia após a implementação da Reestruturação e do Desdobramento e subsequente Grupamento passou a ser a seguinte em 31/dez/11:

Participação percentual na Taurus			
	% ON	% PN	% Total
Acionistas			
Luis Fernando Costa Estima	22,65	0,05	7,58
Invespar Inv. e Part. Ltda.	21,15	0,00	7,05
Caixa de Previdência dos Func. BB - Previ	14,38	29,41	24,40
FIGI Fundo de Investimentos de Ações	6,32	0,90	2,71
GF Fundo de Investimento em Ações Programado	6,09	14,99	12,02
Outros	23,41	59,45	47,44
Ações em Tesouraria	6,00	10,19	8,79
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Estrutura de Capital

Com a implementação da Reestruturação Societária e a aplicação dos efeitos do desdobramento e subsequente grupamento, o capital social da Companhia de R\$ 257,8 milhões, passou a ser dividido em 141.412.617 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentas e doze mil, seiscentas e dezessete) ações, sendo 47.137.539 (quarenta e sete milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentas e trinta e nove) ações ordinárias e 94.275.078 (noventa e quatro milhões, duzentas e setenta e cinco mil e setenta e oito) ações preferenciais.

Com a Incorporação de Ações da Polimetal, que consistiu na terceira etapa da Reestruturação, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$219.000.000,00 para R\$257.797.469,79, com a emissão de 11.883.512 ações, sendo 3.961.171 ordinárias e 7.922.341 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Ainda no âmbito da Reestruturação, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 1º de julho de 2011, o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia na proporção de 1:29 com o subsequente grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia na proporção de 21:1, passando o capital social da Companhia a ser representado por 141.412.617 ações, sendo 47.137.539 ações ordinárias e 94.275.078 ações preferenciais.

Considerando as unidades geradoras de caixa da Companhia e uma taxa de desconto para as mesmas, ajustadas por um prêmio de risco que reflete os riscos de investimento em títulos patrimoniais e o risco sistemático de cada unidade, foi considerado o custo médio de capital da indústria onde atua de 11,01%, tendo como premissas uma relação dívida/patrimônio de 18,3% a uma taxa de juros de mercado de 8,58%.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida consolidada circulante e não-circulante (considerando o passivo total) da Companhia para relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	2011	2010
Total do passivo	801.422	539.282
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(162.226)	(188.674)
Dívida líquida (A)	639.196	350.608
Total do patrimônio líquido (B)	325.335	460.526
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro (A/B)	1,96	0,76

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. Nem a Companhia, nem suas controladas e coligada, estão sujeitas às exigências externas impostas de capital. A entidade gerencia os requisitos de capital de forma agregada.

(i) hipóteses de resgate

Após a conclusão da reestruturação societária de 2011, quando houve resgate de ações, não há nenhum planejamento ou deliberação relativa ao resgate de ações ou quotas pela Administração ou pelos acionistas da Companhia.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta, com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício de 2011 em comparação com 2010, índices bastante diferentes em função da reestruturação ocorrida em 2011, indicam capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros dentro das médias de situação financeira sólida, até porque a Companhia apresentava um histórico de baixa alavancagem financeira, resultados operacionais consistentes, com manutenções de margens e rígido controle de custos e adequação e controle aos *covenants* bancários e de emissão de títulos de dívida.

Tipicamente, a Companhia procura manter um volume de caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período aproximado de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Com esta nova estrutura acionária, a Companhia mudou a sua estrutura de capital, modificando consequentemente os principais indicadores econômico-financeiros em 2011, em comparação à 2010, mas ainda mantém condições suficientes e capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Forjas Taurus, tendo em vista seu perfil exportador, utiliza-se principalmente de adiantamentos de câmbio sobre mercadorias embarcadas (ACE) para financiar seu capital de giro devido ao seu custo mais atrativo. O restante da necessidade é complementada com linhas de capital de giro, tais como Nota de Crédito Exportação (NCE) e linhas de giro do BNDES (PEC, BNDES Exim-Pré-Emarque).

Para investimentos são utilizados recursos de linhas especiais do BNDES e FINEP, FINIMP, bem como, recursos próprios e retenção de lucros (reserva de lucros), vide item 10.1. deste formulário.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo

financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Conservadoramente, a Companhia buscou ampliar a sua liquidez em função da crise internacional, em especial na zona do Euro e em função da reestruturação societária. Foram realizadas duas emissões de debêntures em 2010 e 2011 no total de R\$ 153 milhões, conforme descrito no Item 10.1 deste formulário, tendo como objetivos alongar o perfil da dívida, fortalecer o capital de giro para o crescimento dos negócios e fazer frente a volatilidade do mercado cambial.

Além desta emissão, a Companhia pretende obter repasse de recursos diretamente junto ao BNDES para seus projetos de desenvolvimento de novos produtos e processos e vem analisando operações de alongamento de dívida e redução de custo financeiro no mercado local e internacional, com a intenção de liquidar antecipadamente a 1ª emissão de debêntures.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e aval dos diretores. Os avais concedidos por diretores, pela controladora e os avais concedidos pela Companhia à suas controladas e controladora estão demonstrados na nota explicativa 23 – Partes relacionadas, das Demonstrações Financeiras.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contém cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias e determinam a manutenção de determinados índices financeiros. Em 31-12-2011, todas estas cláusulas foram atendidas pelas Empresas Taurus.

Quanto aos contratos de empréstimos e financiamentos, termos e condições, assim como seus prazos, custos e moedas, destacamos:

						Consolidado			
						2011		2010	
						Valor de face		Valor de face	
						Valor contábil		Valor contábil	
						Ano de vencimen to			
						Moeda		Taxa de juros nominal	
Empréstimos bancários									
Capital de giro	R\$	CDI + 1,8 a 3,91%	2011-	102.70	84.948	76.490	68.189		
Capital de giro	R\$	16,80% a.a.	2012	14.107	14.107	-	-		
FINAME	R\$	TJLP + 1 a 7% a.a.	2011-	22.531	3.221	19.249	4.557		
FINAME	R\$	3,80 a 5,50% a.a.	2011-	6.633	5.582	18.924	10.096		
FINEP	R\$	TJLP + 0,16 a 2%	2012-	29.601	13.855	34.300	17.578		
FINEP	R\$	5,25% a.a.	2017	8.008	3.866	27.788	33.615		
BNDES-PEC	R\$	12,90% a.a.	2013	10.000	6.112	10.000	11.162		
FNE	R\$	9,50% a.a.	2019	9.806	9.871	9.806	9.806		
BNDES-Exim-Pré-embarque	R\$	4,50% a.a.	2012	-	-	5.000	5.028		
BNDES Revitaliza	R\$	9% a.a.	2017	-	-	2.846	2.856		

Capital de giro	USD	<i>Libor + 0,79 a 4,8%</i>	2011-	103.11	184.516	39.268	55.885
Financiamento aquisição	USD	<i>Libor + 1,25 a 3%</i>	2011-	824	787	3.711	1.394
FINIMP	USD	<i>Libor + 1% a.a.</i>	2012	868	4.831	-	-
Total de passivos com incidência de juros					<u>331.696</u>	<u>220.166</u>	

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Inexistem operações relevantes ou concentrações. A Companhia mantém capital de giro próprio no montante de R\$ 283,6 milhões em 31-12-11, que respondem por 85,5% do passivo com incidência de juros (56,3% em 31-12-10), apenas computando os empréstimos bancários, não considerando as debêntures e nem os instrumentos financeiros derivativos. O capital de giro denominado em dólares respondia por 55,6% (25,4% em 2010) da dívida demonstrada na tabela acima, e 29,9% eram denominadas em Reais (31% em 2010).

A Companhia complementa sua necessidade adicional de recursos, com operações pontuais de acordo com seu nível de atividade. A emissão de debêntures em 2010 e 2011 também proporcionou maior segurança e liquidez para a condução dos seus negócios.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

As operações de longo prazo resumem-se a repasses de recursos do BNDES e a emissão de debêntures de curto e longo prazo, que respondem por 23% do endividamento total (incluindo dívida bancária e instrumentos financeiros derivativos) em 31-12-11 e 28,8% em 31-12-10. As debêntures de longo prazo representavam 69,% do total de R\$105,3 milhões emitidos em 2010, contra 39,5% do valor de R\$125,3 milhões de 2011. O aumento do vencimento no curto prazo se deve ao fato de que a Companhia quer alongar a sua dívida, com redução de custos.

Em conexão com suas estratégias e administração de recursos financeiros, a Companhia tem a intenção de efetuar o resgate antecipado das debêntures de primeira emissão, sujeito a processo de negociação com os detentores destes títulos. Considerando a expectativa de que o resgate ocorra dentro do próximo exercício, o saldo destes títulos está contabilizado no passivo circulante, o que implica na intenção de resgate antecipado da 1ª emissão com captação de novas linhas internacionais. Como existe a expectativa de liquidação dentro do exercício de 2012, o saldo destes títulos passa a ser contabilizado no curto prazo.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existem dívidas subordinadas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

- a) As debêntures contam com garantias fidejussórias das controladas da Forjas Taurus S.A. no Brasil, constituídas por meio das fianças concedidas em caráter solidário.
- b) O instrumento prevê o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetal ⁽¹⁾, realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia ⁽²⁾, realização, pela Companhia ou suas subsidiárias, de operação de financiamento, adiantamento ou mútuo, na qualidade de credoras, com qualquer dos seus controladores diretos ou indiretos, exceto com a finalidade exclusiva de refinanciar obrigações constituídas anteriormente à emissão das debêntures, prestação, pela Companhia ou suas subsidiárias, de fianças ou quaisquer tipos de garantia em operações financeiras dos controladores diretos ou indiretos em montantes acima dos já existentes na data de emissão das debêntures;
- c) Manutenção de índices financeiros mínimos (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,25 vezes (1ª e 2ª emissão) e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 2,75 vezes (1ª emissão), onde: dívida líquida é igual ao total das dívidas (incluindo avais e garantias) menos as disponibilidades, EBITDA é igual ao lucro antes dos impostos, juros, tributos, depreciação e amortização dos últimos 12 meses e despesas financeiras líquidas corresponde ao total de receitas financeiras menos despesas financeiras dos últimos 12 meses⁽³⁾.

(1) A ocorrência de tais eventos poderá ser aprovada pelos titulares de, no mínimo 2/3 das debêntures em circulação, sem que as obrigações então se tornem vencidas antecipadamente.

(2) A ocorrência de tais eventos poderá ser aprovada pelos titulares de, no mínimo 75% das debêntures em circulação, sem que as obrigações então se tornem vencidas antecipadamente.

(3) Conforme Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures da Primeira Emissão Pública de Debêntures Quirografárias, com Garantia Fidejussória e Não Conversíveis em ações da Forjas Taurus S.A. realizada em 29 de setembro de 2011, foi deliberado sobre aprovação das alterações no item XXII

da Cláusula 6.21 do Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Quirografárias, com Garantia Fidejussória e Não Conversíveis em Ações da Forjas Taurus S.A. celebrada em 8 de junho de 2010, entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário. Mediante pagamento de prêmio pela Companhia, no valor de 0,6% (seis décimos por cento) sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, os índices financeiros mínimos apresentados foram alterados de (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 2,5 vezes para igual ou inferior a 3,25 vezes, e (EBITDA/despesas financeiras líquidas) igual ou superior a 3,0 vezes para igual ou superior a 2,75 vezes.

A Administração da Sociedade e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Todas as condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possui linhas de crédito contratadas junto às instituições financeiras, conforme apresentado na nota explicativa 18 das Demonstrações Financeiras do exercício de 2011. Todas estas linhas de crédito estão sendo utilizadas integralmente, tendo sido contabilizadas, exceto pela controlada Taurus Holdings, Inc. que possui linha de crédito no valor de USD 25.000 mil e em 2011 utilizou USD 20.000 mil.

Adicionalmente, a Companhia possui linhas de crédito, não contratadas, com os maiores bancos que operam no Brasil, em valores aproximados de R\$ 500.000 mil a prazos e taxas de mercado.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis de 2011 da Forjas Taurus S.A. e empresas consolidadas são elaboradas conforme as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Foram realizadas reclassificações nos exercícios de 2011 e 2010 referentes à ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas, cujo processo teve início em setembro de 2011.

Abaixo, são destacadas, em mil Reais, as principais alterações comparativas dos exercícios de 2011 e 2010 dos principais grupos do balanço patrimonial e das demonstrações de resultados.

Em mil Reais	31-12-2011	31-12-2010
Ativo circulante (1)	750.018	653.502
Ativo não circulante (2)	376.639	346.359
Total ativo	1.126.657	999.861
Passivo circulante (3)	465.568	277.488
Passivo não circulante (4)	335.854	261.794
Patrimônio líquido (5)	325.235	460.579
Total passivo e Patrimônio líquido	1.126.657	999.861
Receita líquida de vendas (6)	617.968	609.119

Lucro bruto (7)	264.268	279.097
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos (8)	99.069	102.987
Resultado financeiro líquido (9)	(47.639)	(1.831)
Lucro líquido do exercício (10)	37.315	70.276

(1) A variação no ativo circulante em 31-12-11, ficou 14,8% superior a 31-12-10 explicada principalmente pelos: (i) ativos mantidos para venda no valor de R\$ 137,8 milhões, em função da decisão da Administração da Companhia, de alienação da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. em setembro de 2011; deduzidos da (ii) redução de 5,6% nas disponibilidades, incluindo os outros instrumentos financeiros derivativos; e (iii) da redução de 8,5% na conta de estoques, explicado pela queda na matéria-prima e nos produtos em elaboração, apesar de ter aumentado em 18,3% o estoque de produtos acabados para fazer frente ao período de férias coletivas em dezembro e em fevereiro de 2012.

(2) Destaca-se no aumento de 8,7% do ativo não circulante os seguintes fatores: (i) aumento de 10,8% nos investimentos, em função da reestruturação societária, ocorrida em julho de 2011, quando a Companhia passou a deter 99,99% da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.; e (ii) o ativo fiscal diferido relativo à existência dos saldos acumulados de prejuízo fiscal no valor de R\$37,4 milhões e de base de cálculo negativa de CSLL sobre o lucro líquido registrado na controlada da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda;

(3) A variação no passivo circulante da ordem de R\$188,1 milhões refere-se basicamente às seguintes contas: (i) Passivos mantidos para venda de R\$81,7 milhões, face decisão de alienação de ativos, como a Taurus Máquinas-Ferramenta desde setembro de 2011, com prazo de ocorrer dentro de 12 meses; (ii) Reclassificação de parte das debêntures com vencimento no longo para curto prazo, totalizando R\$75,8 milhões em 2011, tendo em vista a intenção da Administração da Companhia de liquidação antecipada, em substituição por um passivo mais longo e de menor custo financeiro; (iii) O aumento nos saques cambiais da ordem de R\$35 milhões em 2011 sobre 2010; (iv) O uso de instrumentos financeiros derivativos passivos e ativos, em 2011 que não ocorriam em 2010 (operações de hedge para proteger as exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros); e (v) O aumento de R\$ 12,6 milhões em empréstimos e financiamento para capital de giro e aquisições como a da SteelInject, vendida pela Lupatech para a Companhia no final de 2011;

(4) A variação no passivo não circulante com acréscimo de 28,3% refere-se, principalmente do aumento dos empréstimos e financiamentos para capital de giro, conforme estratégia da Companhia de alongamento de suas dívidas;

(5) O patrimônio líquido sofreu variações oriundas principalmente: (i) aumento de capital de R\$ 201 milhões em 2010 para R\$ 257,8 milhões em 2011 decorrente da reestruturação societária; (ii) redução de R\$41 milhões em transações de capital explicada pela incorporação da Polimetal ao patrimônio da Companhia; (iii) redução de R\$32,9 milhões para reembolso de acionistas dissidentes das operações de mercado de capitais

realizadas para a reestruturação com a aquisição de ações para tesouraria; e (iv) redução em R\$132,8 milhões em reserva para investimentos na reserva de lucros, decorrente da reestruturação societária;

(6) No exercício de 2011, a receita líquida consolidada cresceu 1,5%, com uma contribuição de 2% das exportações e de quase 1% do mercado interno em relação à 2010. O grande responsável pelo crescimento foi o aumento de 23,8% na receita líquida de capacetes, uma vez que o segmento de defesa e segurança representado principalmente por armas ficou estável no período;

(7) O lucro bruto e a margem bruta foram influenciados pelos seguintes fatores: (a) Positivos: (i) incremento nos volumes de capacetes para motociclistas vendidos no Brasil; e (ii) ganhos de produtividade notadamente nas fábricas de capacetes para motociclistas, que contribuiu para que o lucro bruto de capacetes crescesse 33,3% em 2011 sobre 2010; (b) Negativos: (i) volatilidade do câmbio com momentos de depreciação e de valorização real em relação ao dólar norte americano; e (ii) queda dos volumes de armas vendidos no mercado externo, face crise internacional e no mercado norte-americano fazendo com que o lucro bruto caísse 10,3% no segmento de armas; No entanto, a margem bruta ficou em 42,8% em 2011, contra 45,8% da receita líquida em 2010;

(8) O resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos foi explicado principalmente, pela queda de 6,20% nas despesas operacionais de vendas, gerais e administrativas, pelo maior esforço e contenção de gastos e também por redução nas outras despesas operacionais líquidas que caíram 32,1%, compensadas por um acréscimo nas outras receitas operacionais;

(9) Houve aumento nas despesas financeiras líquidas de R\$45,8 milhões, decorrente do aumento na variação cambial líquida negativa que foi de R\$35,1 milhões em 2011, explicada pela volatilidade do câmbio (em 2010, havia sido positiva em R\$6,9 milhões, face câmbio mais favorável); seguida dos juros líquidos negativos de R\$24,6 milhões, devido ao aumento nos empréstimos e financiamentos para capital de giro;

(10) A queda no lucro líquido origina-se, principalmente; (i) do aumento nas das despesas financeiras líquidas que atingiram R\$47,6 milhões em 2011 ante R\$1,8 milhão apurado em 2010; e (ii) do resultado negativo de R\$35,7 milhões de operações descontinuadas, pela decisão de venda da Taurus Máquinas - Ferramenta Ltda.

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas operacionais da emissora e suas controladas são oriundas de vendas de produtos destinados aos mercados interno e externo e estão sujeitas à volatilidade do câmbio nas vendas para o mercado externo. Em 2011 a receita líquida atingiu R\$ 618 milhões, sendo mercado externo responsável por aproximadamente 53% tanto em 2011 quanto em 2010.

Quando analisamos por geografia, em 2011 e 2010, os Estados Unidos responde por 67% da receita total, e o mercado local por 27,4%. Fora os EUA, exportamos para mais de 70 países, mostrando um maior esforço de vendas de exportação.o os EUA.

Segmento de Defesa e Segurança

ARMAS	2011	Part. %	Part. Total	2010	Part.%	Part. Total
Mercado Interno						
Região Sudeste	50.472	40,7%	11,2%	76.723	58,7%	17,0%
Região Sul	24.756	20,0%	5,5%	14.657	11,2%	3,2%
Região Nordeste	19.776	16,0%	4,4%	18.223	13,9%	4,0%
Região Norte	10.057	8,1%	2,2%	6.819	5,2%	1,5%
Região Centro-Oeste	18.813	15,2%	4,2%	14.391	11,0%	3,2%
	123.874	100,0%	27,4%	130.813	100,0%	28,9%
Mercado Externo						
Estados Unidos	302.819	92,3%	67,0%	302.755	94,2%	66,9%
Argentina	4.868	1,5%	1,1%	3.195	1,0%	0,7%
Filipinas	4.704	1,4%	1,0%	2.007	0,6%	0,4%
Tailândia	1.327	0,4%	0,3%	1.925	0,6%	0,4%
Paquistão	2.390	0,7%	0,5%	-	-	-
Venezuela	-	-	-	1.819	0,6%	0,4%
Outros países	12.016	3,7%	2,7%	9.770	3,0%	2,2%
	328.124	100,0%	72,6%	321.471	100,0%	71,1%
Total geral	451.998		100,0%	452.284		100,0%

As vendas no mercado interno são oriundas dos seguintes produtos: armas, produtos forjados, caldeiraria, máquinas-ferramenta, capacetes para motociclistas, coletes balísticos, escudos anti-tumulto e containers de plásticos. A receita apurada no mercado externo é bastante concentrada no segmento de defesa e segurança (notadamente armas curtas), enquanto que capacetes são mais concentrados no mercado doméstico.

Segmento de Metalurgia e Plásticos

CAPACETE S	2011	Part. %	Part. Total	2010	Part.%	Part. Total
Mercado Interno						
Região Sudeste	34.731	29,8%	29,5%	30.584	32,5%	32,2%
Região Sul	7.624	6,5%	6,5%	6.845	7,3%	7,2%
Região Nordeste	35.630	30,6%	30,3%	25.981	27,6%	27,4%
Região Norte	20.296	17,4%	17,3%	17.603	18,7%	18,5%
Região Centro-Oeste	18.306	15,7%	15,6%	13.073	13,9%	13,8%
	116.587	100,0%	99,2%	94.086	100,0%	99,1%
Mercado Externo						
Bolívia	25	2,6%	0,0%	-	-	-
Paraguai	778	79,9%	0,7%	893	100,0%	0,9%
Peru	88	9,0%	0,1%	-	-	-
Uruguai	83	8,5%	0,1%	-	-	-
	974	100,0%	0,8%	893	100,0%	0,9%
Total geral	117.561		100,0%	94.979		100,0%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- O impacto do câmbio na receita líquida e nas despesas financeiras de empréstimos denominados em dólar, minimizados pelas operações de hedge pelo uso de instrumentos financeiros derivativos;
- Os efeitos da reestruturação societária com a incorporação da Polimetal, aumentando a dívida e as despesas com juros e variação cambial;
- Os efeitos do resultado de operações descontinuadas da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.;
- Aumento nos empréstimos e financiamentos para capital de giro e em moeda estrangeira;
- Aumento no montante de debêntures em circulação em função da 2ª emissão em 2011 e no aumento da classificação das debêntures no curto prazo, face intenção de liquidação antecipada.

Os empréstimos e financiamentos das empresas Taurus destinam-se, principalmente, para financiamento: (i) do capital de giro; (ii) dos investimentos na modernização do parque fabril; e, (iii) de aquisições; e (iv) das exportações. O endividamento líquido em 31-12-2011, no montante de R\$364 milhões (R\$ 174,79 milhões em 31-12-2010), as variações em relação a 31-12-10 bem como, os principais indicadores relacionados, são demonstrados a seguir:

	Valores em milhões de R\$		
	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>Varição</u>
Endividamento curto prazo	86,5	99,0	14,5%
Endividamento longo prazo	133,7	232,7	74,0%
Saques cambiais	4,5	39,6	
Debêntures	105,3	125,3	19,0%
Antecipação de créditos imobiliários - CRI	42,1	36,1	-14,3%
Derivativos	(2,6)	1,1	
Avais e garantias	131,2	-	
Endividamento bruto	<u>500,7</u>	<u>533,8</u>	6,6%
(-) Disponibilidades e aplicações financeiras	<u>188,7</u>	<u>162,2</u>	-14,0%
Endividamento líquido	<u>312,0</u>	<u>371,6</u>	19,1%
Endividamento líquido/EBITDA	<u>2,24x</u>	<u>2,84x</u>	+0,60x
EBITDA/Despesas financeiras, líquidas	5,24x	2,75x	-2,49x

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A receita líquida consolidada total cresceu apenas 1,5%, com o mercado externo subindo 2,1% e o doméstico 0,7%, devido a queda de consumo devido à crise mundial, afetando os volumes de armas vendidos nos EUA em 2011, gerando uma receita estável no segmento de defesa e segurança, em função de termos evitado entrar em guerra de preços com a concorrência, atuando também em nichos de mercado, para evitar a concorrência de produtos chineses e outros produtores.

Entretanto, o segmento de Metalurgia e Plásticos liderado pelo carro chefe capacetes, conseguiu crescer 23,8% em 2011, contra 2010, afetado positivamente, pelo crédito ao consumo para aquisição de motocicletas a prazo e pelo aumento de renda real, em função da queda na inflação e concessão de aumentos acima da taxa de inflação. Além disso, as classes C,D,E passaram a ter mais acesso ao consumo de bens duráveis.

Nas feiras internacionais, a Taurus sempre lança novos produtos, em especial no segmento de armas, contribuindo para a manutenção da receita e a ampliação de fatia de mercado.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

O impacto destas variáveis ocorre devido à exposição dos ativos e passivos da Companhia ao dólar, à inflação e à taxa de juros. A Companhia adotou uma estratégia financeira de buscar operações de hedge cambial e de juros, por meio de instrumentos financeiros derivativos, por meio de operações de hedge, minimizando a volatilidade, o impacto financeiro nas despesas, receitas financeiras e demais contas do balanço, com consequente redução do impacto negativo no resultado da Companhia.

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Alienação do segmento operacional de máquinas ferramenta.

2011: Ativo não circulante mantido para a venda e resultado de operações descontinuadas a partir de setembro

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado e de fluxo de caixa, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*.

Em setembro de 2011, a Administração elaborou plano de alienação da controlada Taurus Máquinas, com previsão de conclusão dessa transação dentro dos próximos 12 meses. Nas demonstrações contábeis individuais comparativas da Companhia, a participação na controlada Taurus Máquinas é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial e reclassificado para os ativos mantidos para venda.

Adicionalmente, a demonstração do resultado foi reclassificada para fins de comparação das operações descontinuadas em 2011, como se estas tivessem ocorrido também em 2010.

Devido à decisão, pela Administração de alienar o investimento na controlada Taurus Máquinas, os ativos e passivos relacionados a essa controlada foram classificados nas demonstrações contábeis consolidadas como “mantido para venda” em conformidade com os pronunciamentos técnicos IFRS 5 e CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.

O resultado consolidado das operações descontinuadas incluído na demonstração do resultado consolidado está apresentado a seguir. O resultado comparativo e os fluxos de caixa das operações descontinuadas foram reapresentados para incluir essas operações classificadas como descontinuadas no período corrente.

Não houve grupos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2010.

a. Prejuízo do exercício das operações descontinuadas

2011

Prejuízo do exercício das operações descontinuadas

Receitas

37.349

Despesas	(73.015)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(35.666)

Ativos e passivos relacionados à operações descontinuadas

As operações da controlada Taurus Máquinas foram classificadas e contabilizadas em 31 de dezembro de 2011 como um grupo de ativos mantido para venda, conforme segue:

	Consolidado
	2011
Ativos relacionados às operações descontinuadas	
Caixa e equivalentes de caixa	136
Clientes e contas a receber	21.775
Estoques	48.715
Impostos a recuperar	2.698
Imobilizado e intangível	21.816
Instrumentos financeiros derivativos	128
Crédito com pessoas ligadas	34.136
Outros ativos	8.381
	137.785
	Consolidado
	2011
Passivos associados às operações descontinuadas	
Fornecedores	2.025
Provisões	2.798
Adiantamento de clientes	5.228
Empréstimos e financiamentos	68.481
Outros passivos	3.196
	81.728

Imediatamente antes da classificação inicial dos ativos e passivos como mantidos para venda, os valores contábeis eram mensurados de acordo com os pronunciamentos técnicos aplicáveis. A controlada Taurus Máquinas reconheceu, conforme o IAS 36 e CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a perda por redução ao valor recuperável relativamente à redução de ativos mantido para venda ao valor justo menos as despesas de venda conforme demonstrado a seguir:

Consolidado

2011

Ajustes do saldo contábil a valor justo menos despesas de venda

Estoques

(6.723)

O valor contábil dos demais ativos e passivos mantidos para venda foi comparado com os valores justos menos as despesas para venda e não houve a necessidade de registro de outras perdas por *impairment*.

b. O fluxo de caixa líquido dos ativos mantidos para venda está apresentado a seguir:

	Controlada Taurus Máquinas (Operação descontinuada)	
	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(22.926)	(7.454)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(208)	(4.218)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	18.812	14.002
Fluxo de caixa total	(4.322)	2.330

Reconciliação dos fluxos de caixa	2011	2010
Fluxo de caixa	(4.322)	2.330
Efeito de eliminação de consolidação	(27.569)	3.106
Resultado de operações em descontinuidade	35.666	7.322
Variação líquida dos ativos e passivos mantidos para venda	3.775	12.758

A Companhia vem mantendo tratativas com potencial comprador já identificado no sentido de chegar a um acordo quanto aos termos gerais para a concretização da venda. A Companhia está também em processo de avaliação sobre a forma da operação com objetivo de satisfazer às demandas de ambas as partes, incluindo a otimização da estrutura societária e dos custos tributários durante e após a efetivação do negócio. A Administração não espera incorrer em perdas adicionais relevantes com esta operação.

2010: ampliação da Produção de capacetes para motociclistas

Em 2010, a Companhia ampliou a produção de capacetes com o início das operações da nova planta industrial construída no Estado da Bahia. Com este acréscimo, a Forjas Taurus S.A. atingiu a importante marca de 2

milhões de capacetes produzidos anualmente, e preparou-se para acompanhar o crescimento da demanda no mercado nacional com uma capacidade produtiva anual de 2,5 milhões de unidades. Este crescimento de demanda no segmento é baseado nas perspectivas de crescimento continuado na frota de motocicletas em função do aumento da massa salarial e da disponibilidade de renda e crédito, que associadas à maior atividade econômica, continuarão a impulsionar o crescimento dos volumes vendidos.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de participação societária e criação de dois segmentos de negócios na Taurus

Julho de 2011: com a reestruturação societária, a Polimetal Metalurgia e Plásticos passa a ser controlada da Companhia, que passa a deter 99,99% do capital total. A Reestruturação será completamente implementada com a transferência integral para a Polimetal, das atividades de fabricação e comercialização relativas aos negócios de peças forjadas e usinadas em geral, injeção de metal (tecnologia MIM - *Metal Injection Molding*), tratamento térmico de metais, fabricação de capacetes e acessórios para motociclistas, coletes balísticos de proteção, contenedores plásticos e ferramentas manuais e outros ativos não vinculados exclusivamente à fabricação de armas (“Segmento Polimetal”), a qual ocorreu em dezembro de 2011 e janeiro de 2012.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para a Reestruturação: (i) a preservação dos devidos registros, certificados, autorizações e licenças para a fabricação, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, tráfego e comércio dos produtos e atividades referentes à fabricação e comércio de armas, nos termos do Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000; (ii) a manutenção e aproveitamento dos saldos acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) registrada na Polimetal; (iii) a liquidação do endividamento registrado no balanço patrimonial da Polimetal; (iv) a contrapartida equitativa e proporcional ao referido resgate de ações a todos os atuais acionistas não controladores da Companhia; (v) o aproveitamento de um veículo da cadeia de controle para o desenvolvimento de atividades operacionais.

Outubro de 2011: a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que vinha mantendo tratativas com Lupatech S.A. (CNPJ nº 89.463.822/0001-12), companhia aberta brasileira, sediada na cidade de Caxias do Sul, RS, com a finalidade de definir as condições básicas para a aquisição da totalidade das quotas sociais de sua controlada Steelinject Injeção de Aços Ltda., igualmente sediada em Caxias do Sul, RS.

A concretização da projetada aquisição, a se realizar pelo preço total de R\$ 14 milhões, foi subordinada à realização de uma *Due Diligence* na aludida sociedade limitada, tendo a Companhia submetido à apreciação do Conselho de Administração desta Companhia, tendo assumido a gestão operacional a contar de 01 de janeiro de 2012.

Forjas Taurus objetiva com tal aquisição complementar seu segmento de produtos obtidos pelo método M.I.M. (*Metal Injection Molding*) e passar a ofertar para terceiros, ingressando como fornecedora, nos segmentos de óleo e gás, agrícola, eletroeletrônico e automotivo.

c) eventos ou operações não usuais

Reestruturação Societária

Em 2011, tendo em vista a Reestruturação, aprovada na AGE/AGESP realizada em 27-05-2011 e ratificada na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 04-07-2011, são esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em decorrência da segunda etapa da Reestruturação, as demonstrações financeiras da Companhia sofrerão o impacto do resgate parcial de ações de emissão da Companhia, a suporte da conta de reservas de lucros existentes, no valor de R\$ 165 milhões, para o que será necessária a recomposição do caixa, a partir de novos financiamentos a serem contratados com prazo de 5 (cinco) anos, incluindo um ano e meio de carência, registrando um aumento do endividamento financeiro da Companhia.

Além disso, em decorrência da terceira etapa da Reestruturação, isto é, da Incorporação de Ações da Polimetal, o capital social da Companhia sofreu um aumento no montante do acervo líquido da Polimetal (R\$38.797.469,79), passando de R\$219.000.000,00 para R\$257.797.469,79 – o que também refletiu nas demonstrações financeiras da Companhia.

Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia em 2011 sofreram os efeitos do pagamento do reembolso das ações dos dissidentes da Reestruturação à conta das reservas existentes. O montante total do reembolso pago aos acionistas que se retiraram da Companhia no âmbito da Reestruturação foi de R\$32.886.816,60.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Principais políticas contábeis

2011: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas empresas investidas da Companhia:

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para o IFRS e CPC a Companhia optou por não reapresentar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Estes intangíveis foram testados quanto à redução do seu valor recuperável na data de transição, conforme descrito na nota explicativa 4e(i). Não foram identificados passivos não registrados antes da adoção do IFRS que deveriam ser adotados no momento da transição para o IFRS.

(ii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

(iii) Controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora e nas informações contábeis de controladas e coligada, as participações em controladas e coligada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iv) Investimento em coligada

A coligada é aquela entidade na qual a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

O investimento na coligada é contabilizado por meio do método de equivalência patrimonial e é reconhecido inicialmente pelo custo. O investimento da Companhia inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (o ágio em coligada não é registrado e testado

para redução do valor recuperável separadamente). As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais da coligada, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Companhia, a partir da data em que uma influência significativa começa a existir até a data em que aquela influência significativa cessa. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intra-companhia, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*).

Apesar da influência significativa sobre as atividades econômicas e operacionais, as demonstrações contábeis da Famastil Taurus Ferramentas S.A. não foram consolidadas em função da Controladora não atender aos critérios específicos do CPC 18 e IAS 28 para o reconhecimento do controle em conjunto dessa empresa.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. Não existem operações em economias hiperinflacionárias.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pela Companhia do pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Contábeis, tais diferenças têm sido reconhecidas em ajustes acumulados de conversão.

Ganhos ou perdas cambiais resultantes de item monetário a receber de, ou a pagar a uma operação no exterior, cuja liquidação não tenha sido nem planejada nem tenha probabilidade de ocorrer no futuro previsível e cuja essência seja considerada como fazendo parte do investimento líquido na operação no exterior, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa, equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, ajustados por qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata sem penalidades para a Companhia. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que sejam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido, pois não há previsão de resgate por parte dos seus detentores a seu critério. Ações preferenciais não dão direito a voto ou dividendos diferenciados e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro remanescente permanece nas reservas de lucro no patrimônio líquido até a destinação aprovada na assembléia dos acionistas.

Ações em tesouraria

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o *déficit* resultantes são transferidos para os/dos lucros acumulados.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no

final afetam o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos (*hedge*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia não tinha operações designadas sob contabilidade de *hedge* em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é mantido para negociação, e não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquidos dos efeitos fiscais.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente as seguintes:

Edifícios	27 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 20 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Outros componentes	5 a 6 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante da aquisição de investimentos é incluído nos ativos intangíveis.

Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio é incluído baseando-se em seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação à companhia investida registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil da companhia investida registrada por equivalência patrimonial.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios

econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é 1º de janeiro de 2009 ou posterior. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os períodos correntes e comparativos dos processos de fabricação adquiridos de terceiros é de 5 anos.

f. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Durante o exercício a taxa média utilizada pela Companhia foi de aproximadamente 0,93% a.m. A contrapartida dos ajustes a valor presente no contas a receber dá-se contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento

é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel (MPM) e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

h. Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou a Companhia de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada não é reconhecido individualmente e, portanto, não é testado para perda de valor recuperável separadamente. Ao invés disso, o valor total do investimento em uma coligada é testado para perda de valor como um ativo único quando há evidência objetiva de que o investimento em uma coligada possa demonstrar perda em seu valor recuperável.

(iii) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos.

j. Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos de investimentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social relativos aos exercícios findos até 31 de dezembro de 2009. A adoção deste regime se tornou obrigatória a partir do exercício de 2010.

m. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

n. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado, e ativos intangíveis que não ágio.

o. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

p. Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 35% do lucro líquido anual, apurado de acordo com a legislação societária no Brasil e práticas contábeis adotadas no Brasil, seja distribuído como dividendos;

portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

q. Ativo não circulante mantido para a venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por *impairment* é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda. Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentado em linhas únicas de ativo e passivo.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado e de fluxo de caixa, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados na Nota 8 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Adicionalmente, a demonstração do resultado foi reclassificada para fins de comparação das operações descontinuadas em 2011, como se estas tivessem ocorrido em 2010.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

- Alterações ao IFRS 7 – Instrumentos financeiros – Divulgação;
- Alterações ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro;
- Alterações ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas;
- Alterações ao IAS 28 – Investimentos em associadas;
- Alterações ao IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras;
- Alterações ao IAS 19 – Benefícios a empregados;
- IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas;
- IFRS 11 – Acordos em conjunto;
- IFRS 12 – Divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, empreendimentos em controle conjunto, coligadas e/ou entidades não consolidadas;
- IFRS 13 – Mensuração de valor justo;
- IFRIC 20 – Custos relacionados a extração mineral.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

A Companhia está em fase de análise dos impactos destas novas normas em suas demonstrações contábeis.

s. **Subvenções governamentais**

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que as Empresas do Grupo atenderão às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais as Empresas do Grupo reconhecem como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Controlada Taurus Blindagens Nordeste Ltda. possui a seguinte subvenção governamental:

ICMS – Desenvolve

Em 2 e 3 de abril de 2005, foi publicada no Diário Oficial do Estado – DOE, a Resolução nº 118/2005, do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE, que habilitou “*ad referendum*” do Plenário ao estabelecimento-sede localizado em Simões Filho/BA, concedendo-lhe os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE, com a finalidade de implantação da indústria para produzir capacetes para segurança e escudos antitumulto, nos seguintes termos:

- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE;
- Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da publicação da Resolução concessiva no DOE.

No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Controlada terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes à título de ICMS.

A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi registrada nos resultados dos exercícios de 2011, e está mencionado na Nota 26.

2010 e 2009: As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas, pela primeira vez, através da aplicação do CPC 37, conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP. As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso das Empresas Taurus, essas práticas diferem das adotadas pelo IFRS aplicáveis para demonstrações contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações contábeis individuais.

As políticas contábeis estabelecidas foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis para o ano encerrado em 31-12-2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações contábeis para o ano encerrado em 31-12-2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira de 01-01-2009 (data de transição). Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS, as Empresas Taurus ajustaram valores anteriormente apresentados em demonstrações contábeis preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada.

Para melhor visualização, segue abaixo uma explicitação de como a transição para as normas IFRS afetou a posição patrimonial e financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados.

	01-01-2009			31-12-2009		
	BR GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS	BR GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	74.496	(426)	74.070	177.559	(723)	176.836
Outros investimentos, incluindo derivativos	-	-	-	695	-	695
Contas a receber de clientes	148.354	2.375	150.729	138.189	(5.688)	132.501
Pagamentos antecipados	6.111	(54)	6.057	6.514	(120)	6.394
Estoques	251.833	(5.408)	246.425	211.088	(3.446)	207.642
Impostos diferidos ativos	16.139	(16.139)	-	9.219	(9.219)	-
Ativo fiscal corrente	28.066	(7.003)	21.063	20.697	(5.379)	15.318
Outras contas a receber	17.928	337	18.265	14.995	(239)	14.756
Total do ativo circulante	542.927	(26.318)	516.609	578.956	(24.814)	554.142
Contas a receber de clientes e outros créditos	43.041	(126)	42.915	54.866	(9)	54.857
Crédito com pessoas ligadas	26.942	-	26.942	29.912	-	29.912
Ativo fiscal diferido	-	22.742	22.742	-	14.329	14.329
Participação em controladas e coligadas	-	9.604	9.604	-	10.408	10.408
Outros investimentos	303	(15)	288	290	(2)	288
Imobilizado	159.500	61.235	220.735	179.572	58.883	238.455
Intangíveis	18.181	1.396	19.577	15.889	1.051	16.940
Diferido	9.151	(9.151)	-	6.996	(6.996)	-
Total do ativo não circulante	257.118	85.685	342.803	287.525	77.664	365.189
Total do ativo	800.045	59.367	859.412	866.481	52.850	919.331

	01-01-2009			31-12-2009		
	BR GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS	BR GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS
Passivo						
Fornecedores e outras contas a pagar	27.273	(1.449)	25.824	20.753	(1.715)	19.038
Empréstimos e financiamentos	102.911	(3.633)	99.278	102.386	(497)	101.889
Dividendos a pagar	17.659	(5.954)	11.705	14.042	(1.338)	12.704
Impostos, taxas e contribuições	17.206	(769)	16.437	16.142	(472)	15.670
Provisões	17.731	-	17.731	13.987	-	13.987
Obrigações trabalhistas	11.955	-	11.955	16.052	(553)	15.499
Adiantamento de clientes	34.237	-	34.237	16.322	-	16.322
Instrumentos financeiros derivativos	38.345	-	38.345	-	-	-
Saques cambiais	49.594	8.091	57.685	105.960	-	105.960
Outros	23.100	-	23.100	24.972	(143)	24.829
Total do circulante	340.011	(3.714)	336.297	330.616	(4.718)	325.898
Empréstimos e financiamentos	60.477	(79)	60.398	111.393	(484)	110.909

Dívidas com pessoas ligadas	152	-	152	219	-	219
Passivo fiscal diferido	2.426	11.208	13.634	2.833	10.093	12.926
Outros	68.152	(929)	67.223	55.468	(912)	54.556
Total do passivo não circulante	131.207	10.200	141.407	169.913	8.697	178.610
Total do passivo	471.218	6.486	477.704	500.529	3.979	504.508
Capital social	148.001	-	148.001	165.000	-	165.000
Reservas de capital	17.467	-	17.467	17.467	-	17.467
Reservas de lucros	164.513	9.935	174.448	182.373	16.359	198.732
Ajustes de avaliação patrimonial sobre investimentos	-	1.416	1.416	-	1.344	1.344
Dividendos a destinar	-	5.954	5.954	-	988	988
Ajustes de avaliação patrimonial	-	56.231	56.231	-	51.866	51.866
Ajustes acumulados de conversão	(5.039)	(16.845)	(21.884)	(2.774)	(17.876)	(20.650)
Reserva de reavaliação	3.691	(3.691)	-	3.691	(3.691)	-
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	328.633	53.000	381.633	365.757	48.990	414.747
Participação de não controladores	194	(119)	75	195	(119)	76
Total do passivo e patrimônio líquido	800.045	59.367	859.412	866.481	52.850	919.331

Resultado	BR GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS
Receitas	679.393	(22.177)	657.216
Custos das vendas	(353.704)	(16.054)	(369.758)
Lucro bruto	325.689	(38.231)	287.458
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas	(99.763)	5.641	(94.122)
Despesas administrativas	(71.685)	(3.732)	(75.417)
Outras despesas operacionais	(42.555)	28.387	(14.168)
Resultado de equivalência patrimonial	964	1.216	2.180
	(213.039)	31.512	(181.527)
Lucro operacional	112.650	(6.719)	105.931
Receitas financeiras	53.473	(1.126)	52.347
Despesas financeiras	(75.295)	2.081	(73.214)
	(21.822)	955	(20.867)
Resultado operacional antes dos impostos	90.828	(5.764)	85.064
Imposto de renda e contribuição social corrente	(35.642)	270	(35.372)
Imposto de renda e contribuição social diferida	1.564	779	2.343
Resultado do período após os impostos	56.750	(4.715)	52.035
Participações estatutárias	(5.950)	5.950	-
Participação de não controladores	(15)	-	(15)

Lucro do período	50.785	1.235	52.020
------------------	--------	-------	--------

a.i. Demonstrações contábeis não consolidadas da Famastil Taurus Ferramentas S.A.

A Companhia detém participação de 35% no capital da Famastil Taurus Ferramentas S.A. e é parte em um acordo de acionistas que lhe permite participação em decisões relevantes na condução dos negócios daquela empresa. A Administração avaliou as principais características do acordo de acionistas à luz da adoção inicial e conceitos do pronunciamento CPC 19 – Empreendimentos controlados em conjunto e concluiu que o grau de influência conferido pelo acordo a Companhia caracteriza influência significativa sujeita ao método de equivalência patrimonial.

	01-01-2009	31-12-2009
Percentual de participação	35%	35%
Valor do investimento em coligadas	9.064	10.386

Os efeitos das mudanças no ativo, passivo e resultado estão demonstrados abaixo:

	01-01-2009	31-12-2009
Ativo circulante	12.407	13.855
Ativo não circulante	3.380	3.551
	15.787	17.406
Passivo circulante	6.591	9.452
Passivo não circulante	1.009	622
Patrimônio líquido	8.187	7.332
	15.787	17.406

a.ii. Apresentação de saques cambiais

Para o IFRS, conforme CPC 37 (IFRS 1), uma entidade não deve apresentar ativos e passivos e receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é de que no caso de saques cambiais uma entidade deve apresentar separadamente os ativos e passivos uma vez que os saques cambiais não atendem os critérios de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das demonstrações contábeis de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto a Companhia efetua a reclassificação dos saldos, registrando no grupo de passivo não circulante os valores de saques cambiais. Foi reclassificado o montante de R\$ 8.091 em 31-12-2009.

a.iii. Custos capitalizados de empréstimos

Sob as práticas contábeis anteriormente adotadas, a Forjas Taurus S.A. debitou custos de empréstimos ao resultado de cada exercício. Na data de transição, optou-se por capitalizar custos de empréstimos apenas com relação a ativos qualificáveis, para os quais a data de início para capitalização foi a partir da data de transição, apenas para os ativos qualificáveis que não foram objeto de custo atribuído.

O impacto decorrente da mudança é resumido da seguinte forma:

	31-12-2009
Demonstração de resultado consolidada	
Despesas financeiras	1.109
Ajuste antes do imposto de renda e contribuição social	1.109
Balço patrimonial consolidado	
Imobilizado em andamento	1.109
Efeitos tributários relacionados	(214)
Ajuste nos lucros acumulados	895

a.iv. Custo atribuído

A Forjas Taurus S.A. optou pela adoção do custo atribuído ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01-01-2009 para fins de comparação.

	01-01-2009	31-12-2009
Custo atribuído ao imobilizado	67.460	67.460
Depreciação da mais valia do custo atribuído	-	(6.171)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(3.262)	(3.262)
Eliminação de consolidação Famastil Taurus Ferramentas S.A.	(2.963)	(2.882)
Adição de custos capitalizáveis	-	1.109
Diferença de taxas de depreciação	-	3.244
Outros	-	(615)
	61.235	58.883

a.v. Baixa do ativo diferido

De acordo com o IFRS, os gastos pré-operacionais não se enquadram na definição de um ativo intangível e devem ser contabilizados como gastos. Os custos incorridos para obter um ativo intangível gerado internamente, normalmente não são capitalizados, a não ser que sejam custos de desenvolvimento que atendam os requerimentos específicos do IAS 38 (CPC 04).

De acordo com o BR GAAP, a partir de 01-01-2008 os novos gastos pré-operacionais também não se enquadram na definição de um ativo intangível e devem ser contabilizados como gastos. O montante de R\$ 7.479 foi baixado contra lucros acumulados; e o montante de R\$ 1.672 foi reclassificado para ativo intangível pois atende os requisitos dispostos no IAS 38 (CPC 04) quanto a sua existência.

Durante o exercício findo em 31-12-2009 foram lançados o montante de R\$ 1.850 (consolidado) e R\$ 698 (controladora) referente a reversão da amortização do ativo diferido.

a.vi. Reclassificação dos impostos diferidos

No Brasil, de acordo com as práticas contábeis vigentes, para fins de reconhecimento inicial do ativo fiscal diferido, a Companhia deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições: i) apresentar histórico de rentabilidade; e ii) apresentar expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos. Este estudo técnico deve ser examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos órgãos da administração da Companhia devendo ser revisado a cada exercício, ajustando-se o valor do ativo fiscal diferido sempre que houver alteração na expectativa da sua realização.

De acordo com o CPC 37 (IFRS 1), quando a entidade apresenta ativos correntes e não correntes, e passivos correntes e não correntes, classificando-os separadamente no balanço patrimonial, ela não deverá classificar impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos como correntes. Portanto a Companhia efetuou a reclassificação do imposto de renda diferido líquido que estava classificado no ativo circulante e não circulante, para o imposto de renda diferido ativo e passivo não circulante.

a.vii. Reclassificação de ativos intangíveis

Em 01-09-2008 foi constituído ativo intangível gerado pela aquisição do processo de fabricação adquirido de terceiros e licenças da empresa DPP Indústria Metalúrgica Ltda. Em 01-01-2009, foi reclassificado o montante de R\$ 1.672 anteriormente classificado como ativo diferido, pois atende os requisitos dispostos no conceito de ativo intangível dispostos no IAS 38 (CPC 04).

a.viii. Reclassificação de dividendos a pagar

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária no Brasil e práticas contábeis adotadas no Brasil, seja distribuído como dividendos. A Companhia reclassificou o montante de R\$ 988 em 31-12-2009 (R\$ 5.954 em 01-01-2009) para demonstrar a

provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

Os juros sobre o capital próprio foram tratados como uma distribuição de dividendos, uma vez que esses juros têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis.

a.ix. Imposto de renda e contribuição social

As alterações apresentadas anteriormente reduziram (aumentaram) o passivo fiscal diferido, como a seguir, com base em uma alíquota de imposto de 34 por cento:

	01-01-2009	31-12-2009
Custo de empréstimos	-	(214)
Custo atribuído	(11.208)	(11.208)
Diferença de taxas de depreciação	-	(814)
Depreciação da mais valia do custo atribuído	-	1.807
Outros	-	336
Redução no passivo de imposto diferido	(11.208)	(10.093)

a.x. Reconciliação do patrimônio líquido consolidado

As adoções de novas práticas contábeis modificaram o patrimônio líquido consolidado conforme demonstrado abaixo:

	01-01-2009	31-12-2009
Patrimônio líquido (anterior a adoção das novas práticas contábeis)	328.633	365.757
Custo atribuído (mais valia) (líquido de impostos diferidos)	56.252	56.252
Baixa de bens imobilizados	(3.262)	(3.262)
Baixa do ativo diferido	(7.479)	(7.479)
Ajuste na participação de não controladores	119	119
Dividendos a destinar	5.954	988
Ajuste de avaliação patrimonial sobre investimentos	1.416	1.416
Custos capitalizados de empréstimos (líquido de impostos diferidos)	-	895
Diferença de taxas de depreciação	-	1.953
Depreciação do custo atribuído (mais valia) (líquido de impostos diferidos)	-	(3.413)
Reversão de amortização de ativo diferido	-	1.850
Resultado de equivalência	-	(51)
Outros (líquidos de impostos diferidos)	-	(278)
Patrimônio líquido (após a adoção das novas práticas contábeis)	381.633	414.747
Participação de não controladores (anterior a adoção das novas práticas contábeis)	194	195
Participação na baixa do ativo diferido		
Taurus Blindagens Ltda.	21	21

	Taurus Security Ltda.	(140)	(140)
Participação de não controladores (após a adoção das novas práticas contábeis)		75	76

a.xi. Reclassificação de gastos com ociosidade e participações estatutárias

A Companhia reclassificou em 31-12-2009, gastos com ociosidade anormal de outras despesas operacionais para custo dos produtos vendidos no valor de R\$ 26.280. A participação estatutária foi reclassificada, em 31-12-2009 e 31-12-2010, para as rubricas de despesas administrativas e custo com vendas.

Abaixo, segue explicitação dos principais efeitos de adoção de novas normas no BR GAAP na controladora Forjas Taurus S.A.

A Companhia adotou as normas do CPC descritas abaixo no decorrer do exercício findo em 31-12-2010, inclusive para o período comparativo de 31-12-2009 e no balanço patrimonial de abertura em 01-01-2009. A aplicação destas normas (“novas normas”) impactou montantes anteriormente apresentados nas demonstrações contábeis individuais da Companhia conforme apresentado no item (b) abaixo.

Normas CPC adotadas no exercício de 2010

CPC 15 - Combinação de Negócios

CPC 16 - Estoques

CPC 17 - Contratos de Construção

CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada

CPC 19 - Participação em Empreendimento Controlado em Conjunto

CPC 20 - Custos de Empréstimos

CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8)

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

CPC 24 - Evento Subsequente

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 27 - Ativo Imobilizado

CPC 30 - Receitas

CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

CPC 33 - Benefícios a Empregados

CPC 36 - Demonstrações Consolidadas

CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação

CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

CPC 41 – Resultado por Ação

CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 ao 43

ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil

ICPC 04 - Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações

ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial

	01-01-2009			31-12-2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	45.567	-	45.567	85.614	-	85.614
Outros investimentos, incluindo derivativos	-	-	-	695	-	695
Contas a receber de clientes	69.204	57.685	126.889	60.515	105.960	166.475
Pagamentos antecipados	1.305	-	1.305	1.243	-	1.243
Estoques	60.440	-	60.440	58.594	474	59.068
Impostos diferidos ativos	15.334	(15.334)	-	2.425	(2.425)	-
Ativo fiscal corrente	14.100	-	14.100	6.284	-	6.284
Outras contas a receber	11.545	-	11.545	17.345	-	17.345
Total de ativo circulante	217.495	42.351	259.846	232.715	104.009	336.724
Contas a receber de clientes e outros créditos	3.901	-	3.901	46.131	-	46.131
Crédito com pessoas ligadas	43.379	-	43.379	25.070	-	25.070
Ativo fiscal diferido	-	15.334	15.334	-	2.425	2.425
Participação em controladas e coligadas	213.520	21.667	235.187	201.415	18.013	219.428
Outras contas a receber	131	-	131	-	-	-
Imobilizado	74.966	22.111	97.077	90.853	20.507	111.360
Intangíveis	12.033	1.672	13.705	11.625	1.367	12.992
Diferido	4.629	(4.629)	-	3.626	(3.626)	-
Total do não circulante	352.559	56.155	408.714	378.720	38.686	417.406
Total do ativo	570.054	98.506	668.560	611.435	142.695	754.130

Mudança de prática contábil voluntária – Ativo diferido

Em 2010, tendo por objetivo a harmonização entre o BR GAAP e o IFRS e por entender que a não manutenção do saldo do ativo diferido nas demonstrações contábeis individuais resultem em informação confiável e mais relevante nas demonstrações contábeis, a administração da Companhia optou por alterar a política contábil com relação ao ativo diferido e realizou a baixa do saldo total contra a conta de lucros acumulados de 01-01-2009 conforme apresentado no quadro acima. Os efeitos da amortização do ativo diferido nos exercícios de 2009 e 2010 são apresentados nos quadros nesta nota explicativa.

	01-01-2009	31-12-2009
--	-------------------	-------------------

	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Passivo						
Fornecedores e outras contas a pagar	13.489	-	13.489	14.491	-	14.491
Empréstimos e financiamentos	34.145	-	34.145	72.059	-	72.059
Dividendos a pagar	17.646	(5.954)	11.692	14.032	(988)	13.044
Impostos, taxas e contribuições	9.326	-	9.326	8.517	-	8.517
Provisões	9.188	-	9.188	11.642	-	11.642
Obrigações trabalhistas	9.007	-	9.007	13.917	-	13.917
Adiantamento de clientes	24.299	-	24.299	4.151	-	4.151
Instrumentos financeiros derivativos	38.345	-	38.345	-	-	-
Saques cambiais	-	57.685	57.685	-	105.960	105.960
Outros	12.962	149	13.111	11.226	149	11.375
Total do circulante	168.407	51.880	220.287	150.035	105.121	255.156
Empréstimos e financiamentos	46.097	-	46.097	62.132	-	62.132
Dívidas com pessoas ligadas	-	-	-	9.175	-	9.175
Passivo fiscal diferido	-	7.986	7.986	-	7.277	7.277
Outros	12.557	-	12.557	5.643	-	5.643
Total do passivo não circulante	58.654	7.986	66.640	76.950	7.277	84.227
Total do passivo	227.061	59.866	286.927	226.985	112.398	339.383
Capital social	148.001	-	148.001	165.000	-	165.000
Reservas de capital	17.467	-	17.467	17.467	-	17.467
Reservas de lucros	178.873	(21.270)	157.603	201.066	(19.931)	181.135
Dividendos a destinar	-	5.954	5.954	-	988	988
Ajustes de avaliação patrimonial	-	57.647	57.647	(2.774)	55.984	53.210
Ajustes acumulados de conversão	(5.039)	-	(5.039)	-	(3.053)	(3.053)
Reserva de reavaliação	3.691	(3.691)	-	3.691	(3.691)	-
Total do patrimônio líquido	342.993	38.640	381.633	384.450	30.297	414.747
Total do passivo e patrimônio líquido	570.054	98.506	668.560	611.435	142.695	754.130

Demonstrações de resultados	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Receitas	426.773	-	426.773
Custos das vendas	(267.077)	(2.570)	(269.647)
Lucro bruto	159.696	(2.570)	157.126
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas	(37.430)	(9)	- (37.439)
Despesas administrativas	(25.619)	(4.982)	(30.601)
Outras despesas operacionais	(11.893)	698	(11.195)
Resultado de equivalência patrimonial	3.875	(2.623)	1.252
Lucro operacional	88.629	(9.486)	79.143
Receitas financeiras	41.679	-	- 41.679

Despesas financeiras	(52.063)	481	(51.582)
	(10.384)	481	(9.903)
Resultado operacional antes dos impostos	78.245	(9.005)	69.240
Imposto de renda e contribuição social	(17.929)	-	(17.929)
Imposto de renda e contribuição social diferida	-	709	709
Resultado do período	60.316	(8.296)	52.020
Participações estatutárias	(5.950)	5.950	-
Lucro do período	54.366	(2.346)	-

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

b.i. Efeitos das variações da equivalência patrimonial (Controladora)

	01-01-2009	31-12-2009
Exclusão do lucro não realizado nos estoques de controladas	(14.364)	(17.945)
Ajustes de avaliação patrimonial sobre investimentos	42.144	40.487
Efeitos das mudanças patrimoniais em controladas	(6.262)	(4.399)
Outros (líquidos de impostos)	149	(130)
	21.667	18.013

b.ii. Custo atribuído

As Empresas Taurus optaram pela adoção do custo atribuído ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01-01-2009 para fins de comparação.

	01-01-2009	31-12-2009
Custo atribuído ao imobilizado	23.489	23.489
Depreciação da mais valia do custo atribuído	-	(4.180)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(1.378)	(1.378)
Adição de custos capitalizáveis	-	481
Diferença de taxas de depreciação	-	2.095
	22.111	20.507

b.iii. Imposto de renda e contribuição social

As alterações apresentadas anteriormente reduziram (aumentaram) o passivo fiscal diferido, como a seguir, com base em uma alíquota de imposto de 34 por cento:

	01-01-2009	31-12-2009
Custo atribuído	(7.986)	(7.986)
Diferença de taxas de depreciação	-	(712)

Depreciação da mais valia do custo atribuído	-	1.421
Aumento no passivo de imposto diferido	(7.968)	(7.277)

b.iv. As adoções de novas práticas contábeis modificaram o patrimônio líquido consolidado de forma demonstrada abaixo:

	01-01-2009	31-12-2009
Patrimônio líquido (anterior a adoção das novas práticas contábeis)	342.993	384.450
Custo atribuído (mais valia) (líquido de impostos diferidos)	15.503	15.503
Baixa de bens imobilizados	(1.378)	(1.378)
Baixa do ativo diferido	(2.957)	(2.957)
Efeitos da modificação do patrimônio líquido de investimentos	(6.262)	(6.262)
Eliminação de lucros não realizados em controladas	(14.364)	(17.945)
Dividendos a destinar	5.954	988
Ajuste de avaliação patrimonial sobre investimentos	42.144	40.336
Custos capitalizados de empréstimos (líquido de impostos diferidos)	-	481
Diferença de taxas de depreciação	-	906
Reversão de amortização de ativo diferido	-	698
Resultado de equivalência patrimonial	-	958
Outros (líquidos de impostos diferidos)	-	(1.031)
Patrimônio líquido (após a adoção das novas práticas contábeis)	381.633	414.747

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Houve um parágrafo de ênfase conforme transcrito abaixo: “As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Forjas Taurus S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC exigem que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e as informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão discriminadas abaixo:

a. Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados, principalmente, de provisões temporárias diversas.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado mensalmente. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

O montante registrado passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda diferido ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e ao qual pretende realizar em base líquida.

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

Consolidado	31-12- 2011	31-12- 2010
Ativos		
Provisão para comissões	1.455	2.177
Provisão processo judicial do Incra	-	-
Ajuste a valor presente	187	233
Provisão processo trabalhista	552	562
Provisão processo empregador	782	408
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.762	1.970
Provisão para garantia de produtos	66	392
Provisão para perda de incentivos fiscais	-	13

Instrumentos Financeiros derivativos	6.886	-
Prejuízo fiscal e Base negativa CSLL (b)	37.448	-
Estoques – lucros não realizados	6.822	9.804
Outros itens	137	138
	<u>56.097</u>	<u>15.697</u>
Passivos		
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.898)	(6.651)
Diferença de base de depreciação	(6.378)	(3.354)
Encargos financeiros	(1.006)	(682)
Instrumentos financeiros derivativos	(6.160)	(878)
	<u>(18.442)</u>	<u>(11.565)</u>
Total ativo e passivo	<u>37.655</u>	<u>4.132</u>

a.1. A controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 37.878 em 2011 (R\$ 24.747 em 2010), não reconhecidos contabilmente. O imposto de renda e contribuição social sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de contribuição social negativa serão reconhecidos à medida que houver evidências de que sua realização é provável em um futuro previsível.

a.2. Como parte da reestruturação societária, ocorrida em 04 de julho de 2011, que trata do aproveitamento dos benefícios econômicos e estratégicos de mercado para novos segmentos (veja nota 2.b), a Administração da Companhia considerou a existência dos saldos acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido registrada na controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. para o registro de ativo fiscal diferido. O registro contábil foi realizado quando se tornou provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos. A avaliação da existência de lucro tributável futuro foi fundamentada na atividade operacional a ser executada pela controlada no novo segmento de mercado “Segmento Polimetal”, o qual será responsável por parcela significativa das operações do Grupo.

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 30 de setembro de 2011 na controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. será absorvido por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	IRPJ	CSLL	Total	% de participação
2012	1.874	674	2.548	6,80%
2013	2.029	730	2.759	7,37%

2014	2.198	791	2.989	7,98%
2015	2.380	857	3.237	8,64%
De 2016 a 2021	19.055	6.860	25.915	69,21%
Total	27.536	9.912	37.448	100,00%

b. Contingências

b.1. Consolidado

Assim como na Controladora Forjas Taurus S.A., as Empresas Taurus, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituíram no consolidado provisão na rubrica outras contas a pagar no montante de R\$ 4.261 (R\$ 5.309 em 2010) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso avaliadas como risco provável como segue abaixo:

		2011	2010
	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Trabalhistas	1.465	(2.065)	(600)
Tributárias			
Federal	-	(423)	(423)
Estadual	2.796	(395)	2.401
	4.261	(2.883)	1.378
			2.998

As Empresas Taurus possuem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, sem mensuração com suficiente segurança, no montante consolidado de aproximadamente R\$ 23.537 (R\$ 21.705 em 2010) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

b.2. Controladora

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão na rubrica outras contas a pagar no montante de R\$ 2.203 (R\$ 2.401 em 2010) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso avaliadas como risco provável como segue abaixo:

2011	2010
-------------	-------------

	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Trabalhistas	1.465	(1.184)	281	278
Tributárias				
Federal	-	(423)	(423)	(423)
Estadual	738	(371)	367	966
	<u>2.203</u>	<u>(1.978)</u>	<u>225</u>	<u>821</u>

De outra parte, a Companhia ajuizou diversas ações visando o reconhecimento de créditos fiscais diversos, cujos valores serão reconhecidos à medida de sua efetiva realização.

A Companhia possui outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, sem mensuração com suficiente segurança, no montante aproximado de R\$ 10.578 (R\$ 18.032 em 2010) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

c. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas Taurus Blindagens Ltda., Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda., e Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro abaixo apresentando derivativos em aberto na data, organizada por vencimento, contraparte, valor nocional e valor justo:

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro abaixo:

	<u>Contratante</u>	<u>Moeda de contratação referente ao valor nocional</u>	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
			<u>Nocional - em milhares</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Nocional - em milhares</u>	<u>Valor justo</u>
Swap Libor 6m x CDI						
	Forjas Taurus S.A.	Dólares Americanos - USD	12.000	217	-	-
Swap Fixed x CDI						

	Forjas Taurus S.A.	Reais - BRL	37.356	1.801	-	-
	Taurus Blindagens Ltda.	Reais - BRL	9.652	334	-	-
	Taurus Helmets Ind. Plástica Ltda.	Reais - BRL	4.355	150	-	-
Swap USD x CDI						
	Forjas Taurus S.A.	Reais - BRL	100.000	15.597	-	-
	Forjas Taurus S.A.	Reais - BRL	88.000	(4.099)		
	Forjas Taurus S.A.	Dólares Americanos - USD	868	163	-	-
	Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	Dólares Americanos - USD	680	128	-	-
Non-deliverable forward (exportação)						
	Forjas Taurus S.A.	Dólares Americanos - USD	88.100	(15.259) (968)	36.000	2.584 2.584

Controladora

Instrumentos financeiros derivativos ativo	17.778	2.584
Instrumentos financeiros derivativos passivo	(19.358)	-

Consolidado

Instrumentos financeiros derivativos ativo	18.262	2.584
Instrumentos financeiros derivativos passivo	(19.358)	-
Ativos mantidos para venda (nota 8)	128	-

Valor contábil

	31-12-2009	01-01-2009	31-12-2010	31-12-2009	01-01-2009
Contratos a termo e swap					
Posição ativa	65.612	-	2.584	695	-
Contratos a termo e swap					
Posição passiva	-	147.629	-	-	38.345

Valor a pagar (pago)

	31-12-2009	01-01-2009	31-12-2010	31-12-2009	01-01-2009
Contratos a termo e swap					
Curva de atualização	916	172	3.520	6.945	35.328
	01-01-2009	31-12-2010	31-12-2009	01-01-2009	
Contratos a termo e swap					
Posição ativa	-	2.584	695	-	
Contratos a termo e swap					
Posição passiva	147.629	-	-	38.345	

	<u>Valor a pagar (pago)</u>				
	<u>31-12-2009</u>	<u>01-01-2009</u>	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>01-01-2009</u>
Contratos a termo e <i>swap</i>					
Curva de atualização	<u>916</u>	<u>172</u>	<u>3.520</u>	<u>6.945</u>	<u>35.328</u>

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado, conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas. Ressalta-se que todos os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2011 são operações de mercado de balcão, registradas na CETIP, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de *Mark to Market (MtM)*.

A seguir, são descritos cada um dos derivativos vigentes e os instrumentos que são objeto de proteção.

Non-deliverable forward (exportação)

Conforme políticas de exportação da Companhia foram contratados instrumentos financeiros derivativos para proteger um percentual da receita de exportação, com alta probabilidade de ocorrência, contra a oscilação do dólar.

Swap Libor 6m x CDI

A Companhia possui posições de *swaps* convencionais de *Libor 6m x CDI* com o intuito de fixar o fluxo de pagamento de dívidas atreladas a uma taxa pós-fixada, para uma taxa pós-fixada no mercado interno.

Swap fixed x CDI

A Companhia possui posições de *swaps* convencionais de taxas fixas relacionadas aos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI (Nota 14) com objetivo de vincular a exposição de taxas de juros a uma taxa pós-fixada no mercado interno.

Swap USD x CDI

A Companhia possui posições de *swaps* convencionais de Depósitos Interbancários (DI) *versus* dólar com o objetivo de atrelar a dívida em reais, atrelada ao DI, para uma dívida fixa em dólar. Nesse mesmo sentido, a Companhia possui posições de *swaps* convencionais de dólar *versus* DI com o objetivo de atrelar a dívida em dólar a uma dívida em reais atrelada ao DI. Tais *swaps* estão atrelados às dívidas no que diz respeito a valores, prazos e fluxo de caixa.

c.i. Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Consolidado	
	Valor contábil	
	2011	2010
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	659	403
Recebíveis de clientes	155.300	161.463
Demais empréstimos e recebíveis	19.948	57.341
Caixa e equivalentes de caixa	162.226	188.674
Contratos de câmbio a termo e <i>swaps</i> de taxa de juros utilizados para <i>hedge</i>	18.262	2.584
Total	<u>356.395</u>	<u>410.465</u>

	Controladora	
	Valor contábil	
	2011	2010
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	659	403
Recebíveis de clientes	147.548	109.135
Demais empréstimos e recebíveis	17.656	12.301
Caixa e equivalentes de caixa	71.320	138.370
Contratos de câmbio a termo e <i>swaps</i> de taxa de juros utilizados para <i>hedge</i>	17.778	2.584
Total	<u>254.961</u>	<u>262.793</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis de clientes e demais empréstimos e recebíveis na data do relatório por região geográfica foi:

	Consolidado		Controladora	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2011	2010	2011	2010
Doméstico – recebíveis de clientes	101.082	107.037	69.254	57.066
Estados Unidos – recebíveis de clientes	47.317	53.543	71.436	51.715
Outros	6.901	883	6.858	354
Total	155.300	161.463	147.548	109.135

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data do relatório por tipo de contraparte foi:

	Consolidado		Controladora	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2011	2010	2011	2010
Clientes – órgãos públicos	60.069	42.322	57.257	43.322
Clientes – distribuidores	8.792	53.543	79.775	51.069
Clientes finais	86.439	65.598	10.516	14.744
Total	155.300	161.463	147.548	109.135

Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento dos empréstimos e recebíveis concedidos na data das demonstrações contábeis era:

	Consolidado		Controladora	
	Bruto	Bruto	Impairment	Impairment
	2011	2010	2011	2010
Não vencidos	129.172	120.178	-	-
Vencidos há 0-30 dias	12.144	22.131	-	-
Vencidos há 31-360 dias	8.663	13.169	(1.098)	(4.209)
Vencidos há mais de um ano	5.321	5.985	(5.321)	(5.985)
Total	155.300	161.463	(6.419)	(10.194)
	Bruto	Bruto	Impairment	Impairment
	2011	2010	2011	2010
Não vencidos	131.715	95.618	-	-
Vencidos há 0-30 dias	4.372	5.375	-	-
Vencidos há 31-360 dias	7.403	5.682	(410)	(1.162)
Vencidos há mais de um ano	4.058	2.460	(2.259)	(2.460)
Total	147.548	109.135	(2.669)	(3.622)

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Companhia acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 30 dias; grande parte do saldo, que inclui o montante devido pelos clientes mais importantes da Companhia, está relacionado a clientes que possuem um bom histórico de pagamento com a Companhia.

A controladora transferiu à terceiros durante o exercício 2011 créditos a receber da controlada Taurus Holdings, Inc. no montante de R\$ 17.530, sem direito a regresso. Nas demonstrações contábeis este valor foi reconhecido na rubrica de adiantamento de recebíveis.

A Companhia efetuou também desconto de recebíveis de órgãos da administração pública no montante R\$ 14.107 com coobrigação em caso de inadimplência. O saldo está classificado na rubrica “empréstimos e financiamentos” no passivo circulante.

a. Risco de liquidez

A seguir, estão apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	Consolidado					
	2011					
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 Anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários garantidos	331.696	353.792	87.748	176.293	73.079	16.672
Títulos de dívida emitidos	125.330	155.713	81.825	30.164	43.724	-
Certificado de recebíveis imobiliários	36.127	44.001	7.768	24.287	11.946	-
Saques cambiais	39.425	40.510	40.510	-	-	-
Passivos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (saída)	(18.262)	(18.262)	(18.262)	-	-	-
Instrumentos derivativos (entrada)	19.358	19.358	19.358	-	-	-
	533.674	595.112	218.947	230.744	128.749	16.672

						Consolidado
						2010
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 Anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários garantidos	220.166	269.639	83.476	53.982	104.174	28.007
Títulos de dívida emitidos	106.106	134.604	34.824	36.039	63.741	-
Certificado de recebíveis imobiliários	42.117	54.354	6.255	8.502	39.597	-
Saques cambiais	4.453	4.899	4.899	-	-	-

Passivos financeiros derivativos

Instrumentos derivativos (saída)	-	-	-	-	-	-
Instrumentos derivativos (entrada)	(2.584)	(2.584)	(2.584)	-	-	-
	<u>370.258</u>	<u>460.912</u>	<u>126.870</u>	<u>98.523</u>	<u>207.512</u>	<u>28.007</u>

Controladora
2011

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 Anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários garantidos	261.434	277.872	73.447	138.271	64.914	1.240
Títulos de dívida emitidos	125.330	155.713	81.825	30.164	43.724	-
Saques cambiais	39.425	40.510	40.510	-	-	-
Passivos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (saída)	(17.778)	(17.778)	(17.778)	-	-	-
Instrumentos derivativos (entrada)	19.358	19.358	19.358	-	-	-
	<u>427.769</u>	<u>475.675</u>	<u>197.362</u>	<u>168.435</u>	<u>108.638</u>	<u>1.240</u>

Controladora
2010

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 Anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários garantidos	88.789	105.527	48.481	32.383	24.663	-
Títulos de dívida emitidos	106.106	134.604	34.824	36.039	63.741	-
Certificado de recebíveis imobiliários	4.453	4.899	4.899	-	-	-
Saques cambiais	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (saída)	-	-	-	-	-	-
Instrumentos derivativos (entrada)	(2.584)	(2.584)	(2.584)	-	-	-
	<u>196.764</u>	<u>242.446</u>	<u>85.620</u>	<u>68.422</u>	<u>88.404</u>	<u>-</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

c. Risco cambial

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira era a seguinte (em valores nominais):

	Consolidado	
	USD	
	2011	2010
Contas a receber	28.904	32.665

Saques cambiais	(21.018)	(2.673)
Empréstimos bancários garantidos	(101.362)	(33.540)
Fornecedores exterior	(4.716)	(1.290)
Exposição líquida do balanço patrimonial	<u>(98.192)</u>	<u>(4.838)</u>

Na exposição ao risco cambial consolidado estão considerados os empréstimos bancários garantidos da Taurus Holdings, Inc. o montante de USD 29,322 em 2011 (USD 19,658 em 2010).

	Controladora	
	USD	
	2011	2010
Contas a receber	3.656	7.803
Contas a receber – partes relacionadas no exterior	38.083	23.447
Saques cambiais	(21.018)	(2.673)
Empréstimos bancários garantidos	(72.040)	(8.850)
Fornecedores exterior	(524)	(2.014)
Exposição líquida do balanço patrimonial	<u>(51.843)</u>	<u>17.713</u>

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa média		Taxa à vista	
	2011	2010	2011	2010
R\$/USD	1,6746	1,7602	1,8758	1,6662

Análise de sensibilidade

Um fortalecimento do Real, como indicado abaixo, contra o Dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2011 teria aumentado o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes demonstrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Companhia considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base de 31 de dezembro de 2010, apesar da variação razoavelmente possível da taxa de câmbio de moeda estrangeira ser diferente, como indicado abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
31 de dezembro de 2011				
R\$/USD (25% - taxa projetada 2,3447)	46.047	46.047	24.311	24.311
R\$/USD (50% - taxa projetada 2,8137)	92.094	92.094	48.623	48.623
31 de dezembro de 2010				
R\$/USD (25% - taxa projetada 2,0827)	2.015	2.015	7.378	7.378
R\$/USD (50% - taxa projetada 2,4993)	4.031	4.031	14.757	14.757

d. Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 10 pontos nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto a moeda estrangeira, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base para 31 de dezembro de 2010.

	Consolidado	
	Valor contábil	
	2011	2010
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	98.884	84.262
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	105.730	151.608
Passivos financeiros	453.053	287.731
	Controladora	
	Valor	
	2011	2010
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	29.932	30.863
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	76.701	114.695
Passivos financeiros	415.615	167.636

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 10 pontos percentuais na base das taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

		Consolidado	
		Patrimônio líquido e resultado do exercício	
		2011	2010
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos		(1.865)	(1.021)
Alteração na taxa de juros sobre aplicações		448	722
		Controladora	
		Patrimônio líquido e resultado do exercício	
		2011	2010
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos		(1.821)	(752)
Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras		302	543

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo				
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	18.262	18.262	2.584	2.584
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	162.226	162.226	188.674	188.674
Contas a receber e outros recebíveis	148.881	148.881	151.269	151.269
	311.107	311.107	339.943	339.943
Passivos mensurados pelo valor justo				
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	19.358	19.358	-	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos bancários garantidos	331.696	331.696	220.166	220.166
Emissão de títulos de dívida	126.597	126.597	106.106	106.106
Saques cambiais	39.425	39.425	4.453	4.453
Fornecedores e outras contas a pagar	43.821	43.821	38.538	38.538
Antecipação de créditos imobiliários	36.127	36.127	42.117	42.117
	577.666	577.666	411.380	411.380

	Controladora			
	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo

Ativos mensurados pelo valor justo

Contratos de câmbio a termo e *Swap* da taxa de juros utilizada para operações de *hedge*

17.778	17.778	2.584	2.584
--------	--------	-------	-------

Ativos mensurados pelo custo amortizado

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber e outros recebíveis

71.320	71.320	138.370	138.370
144.879	144.879	105.513	105.513
216.199	216.199	243.883	243.883

Passivos mensurados pelo valor justo

Contratos de câmbio a termo e *Swap* da taxa de juros utilizada para operações de *hedge*

19.358	19.358	-	-
--------	--------	---	---

Passivos mensurados pelo custo amortizado

Empréstimos bancários garantidos

Emissão de títulos de dívida

Saques cambiais

Fornecedores e outras contas a pagar

261.434	261.434	88.789	88.789
126.597	126.597	106.106	106.106
39.425	39.425	4.453	4.453
15.823	15.823	14.636	14.636
443.279	443.279	213.984	213.984

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas nas taxas projetadas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na data das demonstrações contábeis.

De acordo com os critérios de classificação hierárquica para determinação do valor justo, onde: nível 1 corresponde a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, nível 2 corresponde a *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e nível 3 refere-se a premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis), a Companhia classificou contabilmente os valores justos dos instrumentos financeiros como sendo de nível 2.

10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos da Companhia relativos à preparação e divulgação das Demonstrações Contábeis da Companhia e Consolidadas, são desenvolvidos pela Administração sob a supervisão do Diretor Executivo de Controladoria. São executados pelos Administradores e funcionários com o objetivo de atingir segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação de Demonstrações Contábeis para uso externo, de acordo com os princípios e normas contábeis geralmente aceitos.

Os controles internos da Companhia e de suas controladas sobre o processo de preparação e divulgação de Demonstrações Contábeis incluem as políticas e os procedimentos necessários à manutenção dos registros com detalhes razoáveis que refletem com exatidão as transações e disposições dos ativos. Tais controles também fornecem segurança razoável de que as transações registradas referem-se a recebimentos e gastos autorizados conforme as normas internas e são imprescindíveis para as operações da Companhia e de suas controladas.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia, por meio de seus Auditores Independentes, referente ao processo de preparação e divulgação das Demonstrações Contábeis da Companhia e Consolidadas em 31-12-2011 e concluiu que os controles internos da Companhia e controladas referentes à preparação daquelas demonstrações são eficazes.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores da KPMG Auditores Independentes não identificaram durante os trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia e de suas controladas que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31-12-2011.

10.7. Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

Nos três últimos exercícios houve duas ofertas públicas de debêntures em 2010 e 2011, e foi conduzida uma reestruturação societária em julho de 2011, conforme descrito nos itens 10.1 (a) e .10.1.b (ii).

Em 08 de junho de 2010 a Companhia captou R\$103 milhões através da 1ª emissão de debêntures, tendo celebrado instrumento particular de escritura pública, em série única, correspondendo a 10.300 debêntures, distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures – SND, remunerando a taxa DI + 4,1%.

Em 06 de setembro de 2011 a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures, tendo celebrado instrumento particular de escritura pública, no valor nominal total de R\$50 milhões em série única, correspondendo a 200 debêntures, distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures – SND, remunerando a taxa DI +2,8%.

Em 4 de julho de 2011, data da primeira reunião do Conselho de Administração com os membros eleitos em virtude da Assembleia Geral Extraordinária e Especial de Preferencialistas da Companhia realizada em 27 de

maio de 2011, a Administração da Companhia ratificou a reestruturação societária envolvendo a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. (“Reestruturação”) e a Companhia, deliberando sua concretização.

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos das debêntures foram utilizados para capital de giro, aquisições e melhorar a liquidez da Companhia. A reestruturação societária promoveu um aumento de capital de R\$201 milhões para R\$ 257,8 milhões. A Companhia teve que adquirir ações em tesouraria para fazer frente ao reembolso de capital, tendo em vista o exercício de recesso pelos acionistas, no valor de R\$32,9 milhões.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31-12-11.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31-12-11.

10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31-12-11.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) natureza e o propósito da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

O plano de negócios da Companhia prevê três grandes frentes:

1. Adequação e modernização do parque fabril;
2. Alongamento da dívida e redução de seus custos; e
3. Expansão e crescimento através de aquisições.

(a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os planos de negócios da Companhia são elaborados a partir de sondagens efetuadas nos mercados de atuação que servem de base para o planejamento de produtos, processos industriais, investimentos, projeções de rentabilidade, retorno de capital investido e fonte de suprimento de recursos.

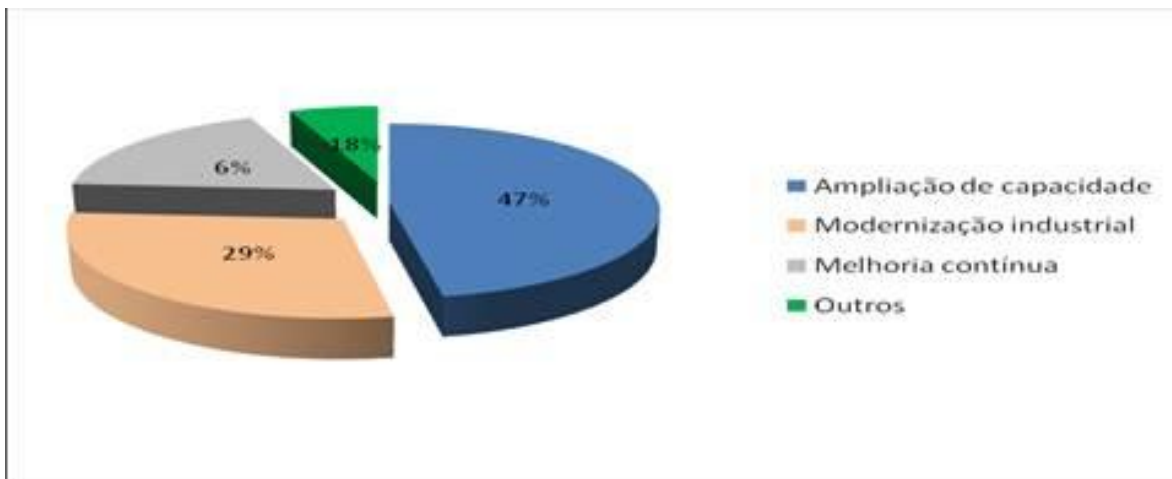
Ressalta-se que por tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, os mesmos envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Fatos como condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

A Companhia efetua o controle através de cronogramas e orçamento anual, revisados periodicamente.

Investimentos em andamento ou concluídos de 2011:

Foram estimados gastos com investimentos em 2011, da ordem de R\$46,9 milhões e foram totalmente cumpridos para as Unidades de São Leopoldo, relativas à modernização e ampliação da capacidade de forjados e Usinados na Filial 2 e na Filial 5 de Armas Longas. Também foram cumpridas as melhorias nos processos de fabricação da Unidade de Porto Alegre e os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos e Processos.

Os investimentos consolidados em imobilizado no exercício de 2011, notadamente no aumento da capacidade instalada e na modernização tecnológica do parque fabril, somaram R\$ 47,4 milhões (R\$ 53,6 milhões em 2010). O valor da depreciação e amortização totalizou R\$ 27,6 milhões em 2011 (R\$ 26,6 milhões em 2010). Os equipamentos, instalações e processos de produção utilizados pela Companhia e suas controladas permitem gerenciar o programa de investimentos de acordo com o lançamento de produtos e de acordo com a demanda efetiva de mercado. Neste sentido, em 2011, os investimentos em imobilizado foram aplicados conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Segue abaixo Orçamento de Capital da Companhia, com valores expressos em milhares de reais, previstos para o exercício de 2012, aprovado em Reunião de Conselho de Administração em 27 de março de 2012:

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

Descrição do Orçamento de Capital		Forjas Taurus S.A.		Investimentos		
				R\$ mil	USD mil	Partic. %
Forjas Taurus - Unidade de Porto Alegre (RS)						
	Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos			7.762	4.436	9,87%
	Modernização e ampliação da capacidade de produção			5.648	3.227	7,18%
	Licenciamento, melhorias e implantação de novos módulos do ERP			936	535	1,19%
				14.346	8.198	18,24%
Forjas Taurus - Unidade de São Leopoldo (RS) - Armas Longas - Filial 5						
	Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos			2.527	1.444	3,21%
	Melhoria de produtividade dos processos de fabricação			431	246	0,55%
	Licenciamento, melhorias e implantação de novos módulos do ERP			120	69	0,15%
				3.078	1.759	3,91%
				17.424	9.957	22,15%
Taurus Blindagens Ltda. - Unidades de Mandirituba (PR) e Simões Filho (BA)						
	Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos			500	286	0,64%
	Pesquisa e desenvolvimento de processos de fabricação			300	171	0,38%
	Modernização e/ou automação			2.500	1.429	3,18%
	Retrofitamento de equipamentos industriais			500	286	0,64%
	Melhorias em softwares e equipamentos			250	143	0,32%
				4.050	2.314	5,15%
Polimetal Metalúrgia e Plásticos Ltda. - São Leopoldo (RS)						
	Aquisição da Steelinject Injeção de Aços Ltda.			14.000	8.000	17,80%
	Modernização e ampliação da capacidade de produção			6.436	3.678	8,18%
	Licenciamento, melhorias e implantação de novos módulos do ERP			140	80	0,18%
				20.576	11.758	26,16%
Steelinject Injeção de Aços Ltda. - Caxias do Sul (RS)						
	Modernização e ampliação da capacidade de produção			1.600	914	2,03%
Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A. Consolidado Brasil				43.650	24.943	55,50%
Taurus Holdings, Inc. and Subsidiaries - Miami - Florida (EUA)						
	Investimentos Inorgânicos (aquisições)			35.000	20.000	44,50%
Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A (Consolidado BR e EUA)				78.650	44.943	100,00%
Dólar				R\$/USD	1,75	

Com relação às fontes de recursos, 52,96% serão próprios e 47,04% serão recursos de terceiros captados no mercado.

No que tange aos recursos próprios, na destinação do lucro líquido do exercício de 2011, a Companhia propôs para aprovação na próxima Assembleia de Acionistas, a retenção de lucro para reinvestimento, no valor de R\$23,7 milhões para 2012, respondendo por 30% das fontes, seguida por 23% de recursos próprios gerados pelas atividades operacionais.

ii. Fontes de Recursos para Suportar os Investimentos				
		2012		Part. %
		R\$ mil	USD mil	
Principais Fontes de Recursos				
. Recursos próprios gerados pelas atividades operacionais		17.943	10.253	22,81%
. Reinvestimentos de Recursos Próprios (Retenção de Lucros)		23.707	13.547	30,14%
. Captação de Recursos de Terceiros		37.000	21.143	47,04%
Total das fontes		78.650	44.943	100,00%

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

A Companhia possui investimento em sua controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (“Taurus Máquinas”), a qual tem por objetivo a produção de máquinas industriais em Gravataí - RS. No mês de setembro de 2011, a Administração decidiu tomar diversas ações objetivando a alienação do investimento na controlada Taurus Máquinas, dentre as ações já em curso, estão a contratação de consultores especializados, bem como negociação propriamente ditas com terceiros interessados. Essas ações caracterizam um compromisso firme de venda do investimento com perspectiva de concretização em até 12 meses.

(b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;

Julho de 2011: com a reestruturação societária, a Polimetal Metalurgia e Plásticos passa a ser controlada da Companhia, que passa a deter 99,99% do capital total. A Reestruturação será completamente implementada com a transferência integral para a Polimetal, das atividades de fabricação e comercialização relativas aos negócios de peças forjadas e usinadas em geral, injeção de metal (tecnologia MIM - *Metal Injection Molding*), tratamento térmico de metais, fabricação de capacetes e acessórios para motociclistas, coletes balísticos de proteção, contenedores plásticos e ferramentas manuais e outros ativos não vinculados exclusivamente à fabricação de armas (“Segmento Polimetal”), a qual ocorreu em dezembro de 2011 e janeiro de 2012, ficando caracterizado como o segmento de Negócios de Metalurgia e Plásticos.

Outubro de 2011: a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que vinha mantendo tratativas com Lupatech S.A. (CNPJ nº 89.463.822/0001-12), companhia aberta brasileira, sediada na cidade de Caxias do Sul, RS, com a finalidade de definir as condições básicas para a aquisição da totalidade das quotas sociais de sua controlada Steelinject Injeção de Aços Ltda., igualmente sediada em Caxias do Sul, RS.

A concretização da projetada aquisição, a se realizar pelo preço total de R\$ 14 milhões, foi subordinada à realização de uma *Due Diligence* na aludida sociedade limitada, tendo a Companhia submetido à apreciação do Conselho de Administração desta Companhia, tendo assumido a gestão operacional a contar de 01 de janeiro de 2012.

Forjas Taurus objetiva com tal aquisição complementar seu segmento de produtos obtidos pelo método M.I.M. (*Metal Injection Molding*) e passar a ofertar para terceiros, ingressando como fornecedora, nos segmentos de óleo e gás, agrícola, eletroeletrônico e automotivo.

(c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia lança anualmente de 5 a 10 produtos novos, especialmente nas feiras internacionais de defesa e segurança. A maior e mais conhecida é o Shot Show em janeiro de cada ano, realizada em Las Vegas nos EUA e a IWA realizada em Nuremberg, na Alemanha, todo o ano em março. Há feiras de segurança e defesa também em Paris e diversas de pequeno porte em cidades do interior dos EUA.

Em função da Lei 544/11, novos projetos vem sendo desenvolvidos, visando atender à nova política de reaparelhamento do Estado prevista na nova Lei sancionada dia 22 de março de 2012, com alto índice de nacionalização. Existem novos projetos em andamento no segmento de defesa e segurança, para fabricação de armas curtas, de armas longas, de armas não-letais, bem como no segmento de metalurgia e plásticos, para a fabricação de novos modelos de capacetes e a possível entrada em capacetes para bicicletas.

Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento em 2011, totalizaram R\$3,3 milhões e em 2010 foram de R\$3,6 milhões, basicamente voltados para o desenvolvimento e design de novos produtos.

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

--*

ANEXO C

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$37.315 mil, após a compensação de prejuízos de períodos anteriores.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos declarados foi de R\$16.767 mil, sendo R\$0,13 por ação.

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, foram pagos juros sobre capital próprio semestralmente, no montante que assegurou no mínimo 35% do lucro líquido disponível para distribuição. O montante global de juros sobre capital próprio foi de R\$ 16.767 mil em 2011 e de R\$22.056 mil em 2010.

	31-12-11	31-12-10
Quantidade de ações existentes (ex-tesouraria)	128.976.510	128.234.160
Dividendos por ação - em R\$	0,130	0,172

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido corresponde a 42,6%, considerando o lucro líquido do exercício de 2011 ajustado para cálculo de dividendo (R\$39.381 mil), já deduzida a reserva legal de 5%, bem como a realização de reserva de reavaliação e de ajustes de avaliação patrimonial.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A Companhia não distribuiu dividendos com base em lucros anteriores em 2011.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

O valor bruto proposto de dividendo a ser pago, *ad referendum* da Assembleia, será de R\$0,13 tanto para a ação ordinária quanto para a preferencial.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Os juros sobre capital próprio relativos ao 1º semestre de 2011 foram creditados em 10 de agosto de 2011 nos registros contábeis da Companhia e foram pagos a partir de 17 de outubro de 2011, no valor de R\$0,03 por ação ordinária e por ação preferencial.

Os juros relativos ao exercício de 2011, no valor de R\$ 0,13 por ação ordinária e por ação preferencial, deduzida a antecipação relativa ao 1º semestre de 2011, foram creditados em 17 de novembro de 2011 nos registros contábeis da Companhia, e serão pagos a partir de 02 de abril de 2012 em conta corrente indicada pelo acionista no cadastro do Banco Itaú S.A., custodiante das ações da Companhia, conforme facultado pela Lei no 9.249/95 (art,9º) e pelo Estatuto Social (art. 35, parágrafos 3º e 4º).

Em ambos os casos, foram excluídas as ações em tesouraria, que não fazem jus aos dividendos ou juros sobre o capital próprio e que não foram beneficiadas com essa distribuição.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não haverá incidência de juros ou atualização monetária no valor pago.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

As declarações de pagamentos dos juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2011 foram divulgadas em 10 de agosto e 17 de novembro de 2011, datas das Reuniões de Conselho de Administração que deliberaram pela distribuição, e foram informadas através de Comunicado ao Mercado. Fizeram jus a estes dividendos os acionistas inscritos nos registros da Companhia nas mesmas datas, sendo em ambos os casos *ad referendum* da Assembleia que se realizará em 27 de abril de 2012. As ações da Companhia ficaram ex-juros sobre capital próprio a partir de 11 de agosto e 18 de novembro de 2011.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados no balanço do 1º semestre de 2011, no valor de R\$0,03 por ação ordinária e preferencial e foi informado por meio de Comunicado ao Mercado em 10 de agosto de 2011.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Os juros sobre capital próprio relativos ao 1º semestre de 2011 foram creditados em 10 de agosto de 2011 nos registros contábeis da Companhia e foram pagos a partir de 17 de outubro de 2011, no valor de R\$0,03 por ação ordinária e por ação preferencial. Os juros relativos ao exercício de 2011, no valor de R\$ 0,13 por ação ordinária e por ação preferencial, deduzida a antecipação relativa ao 1º semestre de 2011, foram creditados em 17 de novembro de 2011 nos registros contábeis da Companhia, e serão pagos a partir de 02 de abril de 2012.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores / b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2011	2010	2009
Lucro líquido ajustado do exercício - R\$ mil	37.315	74.795	51.647
Juros sobre o capital próprio - R\$ por ação	0,13 por ação ordinária e preferencial	0,22 por ação ordinária e preferencial	0,142 por ação ordinária e preferencial
Total de ações ordinárias – em mil ações	47.138	42.745	35.621
Total de ações preferenciais – em mil ações	94.275	85.489	71.241
Ações ordinárias - R\$ mil	72.121	235.098	265.733
Ações preferenciais - R\$ mil	137.642	350.505	451.668
Lucro líquido por ação - R\$	0,26	0,55	0,49

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$1.866 mil, calculado em conformidade com o Art. 193 da Lei das S.A.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Sobre o valor do lucro líquido do exercício no valor de R\$37.315mil, após a compensação dos prejuízos dos exercícios anteriores e uma vez feita a provisão para o imposto de renda, foi aplicado

o percentual de 5%, conforme artigo 193 da Lei das S.A., que totalizou R\$1.866mil destinados à reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2011	2010
Resultado do período	37.315	70.276
(-) Reserva legal (5%)	(1.866)	(3.514)
(+) Realização de reserva de reavaliação	1.866	3.691
(+) Realização de ajustes de avaliação patrimonial	2.066	4.342
Lucro ajustado para cálculo de dividendo	<u>39.381</u>	<u>74.795</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>13.783</u>	<u>18.699</u>
(-) Dividendos e juros sobre o capital próprio	(16.767)	(22.056)
(+) Imposto de renda retido na fonte	<u>2.515</u>	<u>1.591</u>
Dividendos a destinar	<u>469</u>	<u>1.766</u>

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Sim, de acordo com o previsto na lei.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Pelo Art. 38, §1º, do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido ajustado, nos termos do *caput* do referido Artigo, será distribuída, a título de dividendo, quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento), a ser paga semestralmente, não importando a classe de ações.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A ação preferencial tem os mesmos direitos aos dividendos fixos ou mínimos que as ações ordinárias, de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido resultante, após as deduções legais e estatutárias, será distribuída quantia não inferior a 35%.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim. O dividendo mínimo obrigatório é de 35% e a Companhia está pagando 42,6%.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendos no exercício de 2011.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 39 do Estatuto Social da Companhia estabelece que a parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas poderá ser transferida a uma Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Foram constituídas em 31 de dezembro de 2011 reservas para investimentos no montante de R\$23.707 mil.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante foi calculado com base no orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e sujeito à aprovação pela Assembleia.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Houve retenção de lucros na forma de reserva para investimentos em 2011, no montante de R\$23.707 mil.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Vide Anexo D deste Manual.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não houve reserva de incentivos fiscais em 2011.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

*_*_*

ANEXO D

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2012

Forjas Taurus S.A. Consolidado							
I. Orçamento de Capital para o Exercício de 2012							
Descrição do Orçamento de Capital					Investimentos		
Forjas Taurus S.A.					R\$ mil	USD mil	Partic. %
Forjas Taurus - Unidade de Porto Alegre (RS)							
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos					7.762	4.436	9,87%
Modernização e ampliação da capacidade de produção					5.648	3.227	7,18%
Licenciamento, melhorias e implantação de novos módulos do ERP					936	535	1,19%
					14.346	8.198	18,24%
Forjas Taurus - Unidade de São Leopoldo (RS) - Armas Longas - Filial 5							
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos					2.527	1.444	3,21%
Melhoria de produtividade dos processos de fabricação					431	246	0,55%
Licenciamento, melhorias e implantação de novos módulos do ERP					120	69	0,15%
					3.078	1.759	3,91%
					17.424	9.957	22,15%
Taurus Blindagens Ltda. - Unidades de Mandirituba (PR) e Simões Filho (BA)							
Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos					500	286	0,64%
Pesquisa e desenvolvimento de processos de fabricação					300	171	0,38%
Modernização e/ou automação					2.500	1.429	3,18%
Retrofitamento de equipamentos industriais					500	286	0,64%
Melhorias em softwares e equipamentos					250	143	0,32%
					4.050	2.314	5,15%
Polimetel Metalúrgia e Plásticos Ltda. - São Leopoldo (RS)							
Aquisição da Steelinject Injeção de Aços Ltda.					14.000	8.000	17,80%
Modernização e ampliação da capacidade de produção					6.436	3.678	8,18%
Licenciamento, melhorias e implantação de novos módulos do ERP					140	80	0,18%
					20.576	11.758	26,16%
Steelinject Injeção de Aços Ltda. - Caxias do Sul (RS)							
Modernização e ampliação da capacidade de produção					1.600	914	2,03%
Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A. Consolidado Brasil					43.650	24.943	55,50%
Taurus Holdings, Inc. and Subsidiaries - Miami - Florida (EUA)							
Investimentos Inorgânicos (aquisições)					35.000	20.000	44,50%
Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A. (Consolidado BR e EUA)					78.650	44.943	100,00%
Dólar					R\$/USD	1,75	
Fontes de Recursos para Suportar os Investimentos							
					2012		Part. %
					R\$ mil	USD mil	
Principais Fontes de Recursos							
. Recursos próprios gerados pelas atividades operacionais					17.943	10.253	22,81%
. Reinvestimentos de Recursos Próprios (Retenção de Lucros)					23.707	13.547	30,14%
. Captação de Recursos de Terceiros					37.000	21.143	47,04%
Total das fontes					78.650	44.943	100,00%

ANEXO E

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

(Conforme Item 13 do Formulário de Referência)

Valor global destinado à remuneração dos administradores

Para o exercício de 2012, a Companhia propõe o montante global de até R\$8.007 mil para a remuneração de seus administradores.

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração atribuída tem por escopo o reconhecimento e a retribuição aos administradores da Companhia, considerando o impacto do cargo exercido, a responsabilidade decorrente, a capacitação profissional, a competência e a reputação do dirigente, em consonância com o porte da organização e a correspondente prática de mercado.

b) composição da remuneração, inclusive:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia observa o processo previsto no Estatuto Social, sendo o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril, valendo para o ano em curso, cabendo ao Conselho de Administração a sua distribuição entre os administradores.

O cálculo considera um estabelecimento de pró-labore que engloba honorários mensais, correspondentes a 12 meses por ano e outras eventuais verbas. A participação nos resultados é prevista no Estatuto Social como “Participação Estatutária” e guarda proporção com o lucro líquido da Companhia, conforme prevê o art. 37 do Estatuto Social da Companhia.

A remuneração da Administração, incluindo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, varia de acordo com o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas a posição do cargo ocupado na Companhia.

Remuneração Variável Anual: valor recebido anualmente pelo profissional, de acordo com o resultado obtido das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração. A remuneração variável da Diretoria Estatutária não poderá exceder a remuneração global, incluindo a fixa.

Participação Estatutária: até 10% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme apurado em balanço e previsto na legislação em vigor.

Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos ao profissional, de acordo com a posição ocupada na Companhia. Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado, sendo que a seus Diretores são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, *check-up* médico, seguro de vida, Plano de Previdência Privada Complementar (TAURUSPREV), nos termos do regulamento do plano, bem como automóvel para uso em serviço.

Conselho de Administração

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho, o qual visa remunerá-los de acordo as práticas de mercado.

Conselho Fiscal

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho, o qual visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente.

Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os participantes que são membros do Conselho de Administração ou da companhia não são remunerados. Os especialistas externos são contratados mediante contrato de prestação de serviços quando aplicável.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Forjas Taurus Realizado 2011				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100%	n/a	n/a	100%
Conselho Fiscal	100%	n/a	n/a	100%
Diretoria Estatutária	58,2%	38,1%	3,7%	100,0%
Forjas Taurus Previsto 2012				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100%	n/a	n/a	100%
Conselho Fiscal	100%	n/a	n/a	100%
Diretoria Estatutária	46,64%	46,64%	6,72%	100,00%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo e reajuste leva em conta a evolução do INPC e do índice de reajuste coletivo anual de salários dos funcionários da Companhia. O reajuste da remuneração dos Administradores também leva em conta a evolução dos índices de inflação, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado (Percentil 50), podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas e calculado a premiação individual.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração estabelecida para os administradores segue as tendências de mercado, visando atingir as estratégias de retenção, motivação e comprometimento dos profissionais, sendo que seus principais objetivos podem ser assim descritos:

- ☐ Alinhamento e competitividade da remuneração ao mercado e às regiões onde atua, garantindo os equilíbrios interno e externo da remuneração.
- ☐ Posicionamento da remuneração com o mercado, seguindo como medida estatística a mediana, com concentração na remuneração fixa para conselheiros fiscais e de administração que é a prática de mercado.
- ☐ Estratégicos, pela proporção maior de remuneração variável para a diretoria estatutária em relação aos conselhos, como forma de criar maior comprometimento e foco em resultados e ampliar a rentabilidade do negócio.
- ☐ Estratégicos, pela ampliação da remuneração fixa do conselho de administração em 2012 contra 2011, pelo maior foco nos comitês estatutários de assessoramento ao conselho, cuja participação dos membros mesmo que não remunerada, requer mais tempo de dedicação.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos profissionais contribui na estratégia da Companhia em buscar melhores resultados, um crescimento econômico, levando em consideração, para tanto, os níveis praticados pelo mercado. Os principais indicadores são:

- o desempenho da Companhia a partir de metas estabelecidas no orçamento e do acompanhamento entre o orçado e o realizado das principais contas de balanço, a partir de premissas macroeconômicas e de cenários.
- os indicadores de resultado da Companhia incluem as metas de receita, de volume, de geração operacional de caixa, de lucro líquido e performance econômico-financeira, observados os limites máximos previstos no plano de remuneração variável.
- resultado da unidade ou área do profissional, a partir de metas por Unidade de negócio, também atreladas ao desempenho entre o orçado e o realizado.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração fixa e variável é estruturada de acordo com a mediana de mercado. A progressão, evolução salarial e de carreira dos profissionais leva em consideração o nível individual de desempenho, compatíveis com o mercado onde atua. A remuneração variável é estruturada com base no percentual de atingimento das metas estabelecidas e no acompanhado entre o orçado e o realizado, analisados anualmente entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é considerada um diferencial estratégico, pois tem garantido a aderência dos mesmos na forma e na medida em que correspondem a manutenção de corpo diretivo de alta competência e qualificação.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não existe atualmente remuneração ou benefício associado a eventos societários.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente de 31/12/12 – Valores Anuais (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7	4	5	16
Remuneração fixa anual				
Salário ou Pró Labore	3.992.100,00	4.107.900,00	603.222,00	8.703.222,00
Benefícios direto e indireto	0,00	592.254,27	0,00	592.254,27
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				

Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.107.900,00	0,00	4.107.900,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Benefício pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Total	3.992.100,00	8.808.054,27	603.222,00	13.403.376,27

Remuneração total do Exercício Social corrente de 31/12/11 – Valores Anuais (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7	4	3	14
Remuneração fixa anual				
Pró Labore	1.553.855,77	6.331.637,00	545.356,50	8.430.849,27
Benefícios	0,00	398.657,40	0,00	398.657,40
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.146.160,00	0,00	4.146.160,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Benefício pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Remuneração Total	1.553.855,77	10.876.454,40	545.356,50	12.975.666,67

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente de 31/12/10 – Valores Anuais (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6	5	3	14
Remuneração fixa anual				
Pró Labore	142.115,00	7.000.000,00	420.000,00	7.562.115,00
Benefícios	0,00	320.000,00	0,00	320.000,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				

Benefício pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Remuneração Total	142.115,00	14.320.000,00	420.000,00	14.882.115,00

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente de 31/12/09 – Valores Anuais (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6	4	3	13
Remuneração fixa anual				
Pró Labore	134.071,00	5.950.000,00	446.250,00	6.530.321,00
Benefícios	0,00	290.400,00	0,00	290.400,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	5.474.000,00	0,00	5.474.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Benefício pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Remuneração Total	134.071,00	11.714.400,00	446.250,00	12.294.721,00

13.3. Remuneração variável dos últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Para informações sobre este item, favor verificar item 13.2 acima.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

a) termos e condições gerais

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

b) principais objetivos do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

h) condições de aquisição de ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

k) forma de liquidação

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

l) restrições à transferência das ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Posição em 31 de dezembro de 2011:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de	Forjas Taurus S.A.	10.708.984	124.950	10.833.934	100

Administração					
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	300.724	90.983	391.707	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	0	0	0	-

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da Diretoria Estatutária

Não houve remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:

a) órgão:

Diretoria Estatutária

b) número de membros:

03 (três)

c) nome do plano:

Taurusprev, administrado por Itaú Vida e Previdência

d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:

02 (dois)

e) condições para se aposentar antecipadamente:

Não existem tais condições

f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:

R\$11.119.935,00

g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa à contribuições feitas diretamente pelos administradores:

R\$ 1.251.006,72

h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Apenas em caso de desligamento do ocupante do cargo na Companhia.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/11	31/12/10	31/12/09	31/12/11	31/12/10	31/12/09	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Número de Membros	4	5	4	7	6	6	3	3	3
Valor da maior remuneração (R\$)	0,00	2.864.000,00	2.928.600,00	155.833,33	284.232,00	268.140,00	120.644,40	140.000,00	145.371,70
Valor da menor remuneração (R\$)	0,00	1.400.000,00	1.368.500,00	350.000,00	284.232,00	268.140,00	120.644,40	140.000,00	145.371,70
Valor médio da remuneração (R\$)	0,00	2.132.000,00	2.148.550,00	233.060,70	284.232,00	268.140,00	120.644,40	140.000,00	145.371,70

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são previstos os seguintes mecanismos de indenização:

- Apólice de seguro denominada D&O – Directors and Officer;

Para a Diretoria Estatutária são previstos em contrato:

- Seguro saúde, sendo garantida a extensão de no mínimo 6 meses de acordo com a legislação e para os diretores com mais de 10 anos, há uma regra de manutenção;
- Facultada a permanência no plano de saúde em caso de desligamento, de acordo com tabela própria da empresa, de acordo com o tempo de serviço; e
- Alguns diretores estatutários tem assegurado uma indenização em caso de destituição, conforme previsto em contrato.

13.12. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Vide informações constantes do item 13.15 abaixo.

13.13. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não recebem remuneração além das referentes aos cargos que ocupam na Companhia.

13.14. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

O Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Luis Fernando Costa Estima, era o controlador indireto da Companhia, através da sociedade Polimetal Participações S.A., até julho de 2011, quando ocorreu a reestruturação societária e a Polimetal passou a ser subsidiária integral, com aumento de capital e diluição dos acionistas, e troca de ações preferenciais por ordinárias, o antigo controlador passou a deter 43,8% do capital votante.

Portanto, não há mais a figura do controlador indireto ou direto, caracterizando controle difuso, com um acionista de referência, que deixou a diretoria executiva em 10 de agosto de 2011 e assumiu a Presidência do Conselho de Administração. A este respeito, indicamos abaixo a remuneração adquirida pelo controlador indireto nos últimos três exercícios sociais:

Ano	Remuneração Diretoria Estatutária (em R\$)	Remuneração do Conselho de Administração (em R\$)
2011	1.997.264,00	150.000,00
2010	2.864.000,00	23.686,00
2009	2.928.600,00	22.345,17

13.15. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

É no melhor entendimento da Companhia que os itens anteriores divulgaram de maneira precisa e inequívoca todas as informações julgadas relevantes.

*_*_*

ANEXO F

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL

(Conforme Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência)

12.6. Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal, em forma de tabela:

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CANDIDATO AO CARGO DE	DATA DA ELEIÇÃO¹	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO²	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA COMPANHIA	INDICADO PELO CONTROLADOR
Antonio José de Carvalho	64 anos	Bancário	033.927.165-53	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	27.04.2012	N/A	AGO de 2013	N/A	Indicado pelos acionistas titulares de ações preferenciais
José Ivo dos Santos Loss	ND	Bancário	197.530.710-00	Membro Suplente do Conselho Fiscal	27.04.2012	N/A	AGO de 2013	N/A	Indicado pelos acionistas titulares de ações preferenciais
Amoreti Franco Gibbon	64 anos	Bacharel em Ciências Contábeis	070.645.780-34	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	27.04.2012	N/A	AGO de 2013	N/A	Indicado pelos acionistas titulares de ações ordinárias
Edgar Panceri	59 anos	Contador	175.382.540-72	Membro Suplente do Conselho Fiscal	27.04.2012	N/A	AGO de 2013	N/A	Indicado pelos acionistas titulares de ações ordinárias

¹ Data da eleição, caso o candidato venha a ser eleito.

² Prazo do mandato, caso o candidato venha a ser eleito.

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CANDIDATO AO CARGO DE	DATA DA ELEIÇÃO ¹	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO ²	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA COMPANHIA	INDICADO PELO CONTROLADOR
Juliano Puchalski Teixeira	35 anos	Advogado	908.177.880-34	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	27.04.2012	N/A	AGO de 2013	N/A	Indicado pelos acionistas titulares de ações ordinárias
Carlos Eduardo Bandeira de Mello Francesconi	35 anos	Advogado	926.229.760-20	Membro Suplente do Conselho Fiscal	27.04.2012	N/A	AGO de 2013	N/A	Indicado pelos acionistas titulares de ações ordinárias
Romildo Gouveia Pinto	63 anos	Bancário e Economista	019.657.274/68	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	27.04.2012	N/A	AGO de 2013	N/A	Indicado pelo acionista PREVI
Nestor Luis Jung	52 anos	Aposentado	317.981.600/72	Membro Suplente do Conselho Fiscal	27.04.2012	N/A	AGO de 2013	N/A	Indicado pelo acionista PREVI
Marcelo de Deus Saweryn	39 anos	Contador	625.827.800/06	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	27.04.2012	N/A	AGO de 2013	N/A	Indicado pelo acionista INVESPAR
Lisiane Miguel Wilke	37 anos	Contadora	631.500.500/49	Membro Suplente do Conselho Fiscal	27.04.2012	N/A	AGO de 2013	N/A	Indicado pelo acionista INVESPAR

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação os membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

12.8. Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal, fornecer?

- a. Currículo, contendo as seguintes informações: (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando o nome da empresa, o cargo e as funções inerentes ao cargo, a atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram o grupo econômico do emissor ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

a.i. Antonio José de Carvalho

a.i.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Presidente do Conselho Fiscal da Sauípe S.A., que tem por atividade principal a atividade hoteleira. Neste cargo, exerceu as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros fiscais, dentre as quais destaca-se a fiscalização dos atos da administração da companhia.

Membro do Conselho de Administração da CTX Participações, que tem por atividade principal a prestação de serviços e telefonia. Neste cargo, exerceu as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros da administração.

Membro do Conselho de Fiscal da ANABB – Assoc. N.F.BB. Neste cargo, exerceu as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros fiscais.

Membro do Conselho de Fiscal da ANABBPREV – Fundo de Pensão Multipatrocinado, que é uma entidade fechada de previdência complementar cuja atividade principal é executar e administrar planos de natureza previdenciária constituídos pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil S.A. – ANABB e demais instituidores que venham a ser admitidos mediante convênio de adesão. Neste cargo, exerceu as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros fiscais.

Membro do Conselho de Fiscal da Forjas Taurus S.A. Neste cargo, exerceu as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros fiscais.

a.i.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.ii. José Ivo dos Santos Loss

a.ii.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.ii.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.iii. Amoreti Franco Gibbon

a.iii.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Membro do Conselho Fiscal da Lupatech S.A., companhia aberta que tem por atividades principais produtos e serviços destinados à indústria petrolífera. Neste cargo, exerceu as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros fiscais, dentre as quais destaca-se a fiscalização dos atos da administração da companhia.

a.iii.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.iv. Edgar Panceri

a.iv.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Desde 1995: Assistente técnico no Escritório de Perícias Contábeis, que tem por atividade principal a prestação de serviços de assistência técnica na área cível. Neste cargo, exerce as funções de assistente técnico, tanto na qualidade de perito do juízo como na de assistente técnico das partes.

a.vi.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.v. Juliano Puchalski Teixeira

a.v.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

De 2006 a 2012: Sócio da TT Advogados, exercendo, neste cargo, as funções inerentes à prestação de serviços de advocacia.

De 2011 a 2012: Professor Universitário da Faculdade Dom Alberto, exercendo, neste cargo, as funções inerentes ao magistério universitário (direito econômico e contratos).

a.v.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Companhia Aberta	Cargo de Administração	Período
Forjas Taurus S.A.	Conselheiro Fiscal	De 2006 até a presente a data.

a.vi. Carlos Eduardo Bandeira de Mello Francesconi

a.vi.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Desde 2007: Sócio do Francesconi Advogados, escritório que tem por atividade principal a advocacia empresarial. Neste cargo, exerce as funções inerentes à prestação de serviços de advocacia empresarial.

a.vi.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.vii. Romildo Gouveia Pinto

a.vii.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Desde 01/04/2011: Membro do Conselho Fiscal da COTEMINAS – Companhia de Tecidos Norte de Minas, companhia aberta que tem por atividade principal a produção e comercialização de fios, tecidos, confecção de artigos têxteis em geral. Neste cargo,

exerce as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros fiscais, dentre as quais destaca-se: (i) a fiscalização dos atos dos administradores; (ii) o exame e opinião acerca das demonstrações financeiras anuais; e (iii) a opinião sobre o relatório anual da administração e determinadas propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral.

Desde 01/06/2010: Presidente do Conselho Fiscal da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, que é uma entidade fechada de previdência privada cujos seus participantes são funcionários do Banco do Brasil S.A. e empregados do quadro próprio da PREVI, tendo por atividade principal administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário e outros autorizados, de forma a assegurar aos seus participantes, beneficiários e assistidos os benefícios previstos nos respectivos regulamentos de cada plano aos quais estejam vinculados. Neste cargo, exerce as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros fiscais, dentre as quais destaca-se: (i) a fiscalização dos atos dos administradores; (ii) o exame e opinião acerca das demonstrações financeiras anuais; e (iii) a opinião sobre o relatório anual da administração e determinadas propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral.

Destaca-se que a PREVI, nesta data, detém participação direta superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Desde 01/12/2008: Membro do Conselho Deliberativo da ANABBPREV – Fundo de Pensão Multipatrocinado, que é uma entidade fechada de previdência complementar cuja atividade principal é executar e administrar planos de natureza previdenciária constituídos pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil S.A. – ANABB e demais instituidores que venham a ser admitidos mediante convênio de adesão. Neste cargo, exerce as funções definidas no Estatuto Social da ANABBPREV, dentre as quais destaca-se a deliberação acerca das seguintes matérias: (i) política geral de administração e de planos de benefícios; (ii) alterações dos regulamentos dos planos de benefícios, bem como sua implantação e extinção, nas hipóteses determinadas no Estatuto Social; e (iii) orçamento, balancetes, balanço e prestação de contas anuais.

Desde 01/06/2008: Membro do Conselho Fiscal da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, que é uma entidade fechada de previdência privada cujos seus participantes são funcionários do Banco do Brasil S.A. e empregados do quadro próprio da PREVI, tendo por atividade principal administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário e outros autorizados, de forma a assegurar aos seus participantes, beneficiários e assistidos os benefícios previstos nos respectivos regulamentos de cada plano aos quais estejam vinculados. Neste cargo, exerce as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros fiscais, dentre as quais destaca-se: (i) a fiscalização dos atos dos administradores; (ii) o exame e opinião acerca das

demonstrações financeiras anuais; e (iii) a opinião sobre o relatório anual da administração e determinadas propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral.

Destaca-se que a PREVI, nesta data, detém participação direta superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários de emissão da Companhia.

De 01/04/2007 a 30/04/2008: Presidente do Conselho de Administração da Fiago Participações S.A., companhia aberta em fase de liquidação, cuja atividade principal consistia na participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, quotista ou acionista. Neste cargo, exerceu as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros da administração, dentre as quais destaca-se: (i) a fiscalização da gestão dos diretores; (ii) a manifestação sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; e (iii) a manifestação prévia sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir.

De 01/03/2007 a 31/10/2009: Membro do Conselho de Administração da Cooperativa Habitacional ANABB Ltda. – COOP-ANABB, sociedade que tem por atividade principal proporcionar aos seus associados construção ou aquisição de unidade habitacional, nos centros urbanos e rurais, bem como atuar como intermediadora financeira para os projetos imobiliários, promover a construção de unidades e implementar projetos na área de serviços de interesse dos cooperados, quais sejam, pessoas físicas que tenham interesse na aquisição de unidades dos empreendimentos imobiliários lançados pela COOP, em especial, os associados da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil S.A. - ANABB. Neste cargo, exerceu as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros da administração, dentre as quais destaca-se: (i) a fiscalização da gestão dos diretores; (ii) a manifestação sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; e (iii) a manifestação prévia sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir.

De 01/06/2006 a 31/05/2008: Membro do Conselho Consultivo do Plano de Benefícios 1 da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, que é uma entidade fechada de previdência privada cujos seus participantes são funcionários do Banco do Brasil S.A. e empregados do quadro próprio da PREVI, tendo por atividade principal administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário e outros autorizados, de forma a assegurar aos seus participantes, beneficiários e assistidos os benefícios previstos nos respectivos regulamentos de cada plano aos quais estejam vinculados. Neste cargo, exerceu as funções estatutárias atribuídas aos membros dos Conselhos Consultivos no Estatuto Social da PREVI, dentre as quais destaca-se: (i) acompanhamento da situação do Plano de Benefícios 1, através da análise dos balancetes trimestrais, verificando as demonstrações relativas ao Programa de Investimentos, Programa Administrativo e Programa Previdencial; (ii) pedido de esclarecimento ou

estudo adicional a respeito de aspectos relevantes para o respectivo plano; e (iii) apresentação de propostas e sugestões quanto à gestão do respectivo plano.

Destaca-se que a PREVI, nesta data, detém participação direta superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários de emissão da Companhia.

De 01/06/2006 a 31/05/2007: Coordenador do Conselho Consultivo do Plano 1 da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, que é uma entidade fechada de previdência privada cujos seus participantes são funcionários do Banco do Brasil S.A. e empregados do quadro próprio da PREVI, tendo por atividade principal administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário e outros autorizados, de forma a assegurar aos seus participantes, beneficiários e assistidos os benefícios previstos nos respectivos regulamentos de cada plano aos quais estejam vinculados. Neste cargo, exerceu as funções estatutárias atribuídas aos membros dos Conselhos Consultivos no Estatuto Social da PREVI, dentre as quais destaca-se: (i) acompanhamento da situação do Plano 1, através da análise dos balancetes trimestrais, verificando as demonstrações relativas ao Programa de Investimentos, Programa Administrativo e Programa Previdencial; (ii) pedido de esclarecimento ou estudo adicional a respeito de aspectos relevantes para o respectivo plano; e (iii) apresentação de propostas e sugestões quanto à gestão do respectivo plano.

Destaca-se que a PREVI, nesta data, detém participação direta superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários de emissão da Companhia.

De 01/04/2006 a 30/04/2008: Membro do Conselho de Administração da Fiago Participações S.A., companhia aberta em fase de liquidação, cuja atividade principal consistia na participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, quotista ou acionista. Neste cargo, exerceu as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros da administração, dentre as quais destaca-se: (i) a fiscalização da gestão dos diretores; (ii) a manifestação sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; e (iii) a manifestação prévia sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir.

a.vii.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Companhia Aberta	Cargo de Administração	Período
COTEMINAS – Companhia de Tecidos Norte de Minas	Membro do Conselho Fiscal	desde 01/04/2011

Fiago Participações S.A. (atualmente em fase de liquidação)	Presidente do Conselho de Administração	01/04/2007 a 30/04/2008
Fiago Participações S.A. (atualmente em fase de liquidação)	Membro do Conselho de Administração	01/04/2006 a 30/04/2008

a.viii. Nestor Luis Jung

a.viii.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

De Abril/2006 a Julho/2008: Diretor do Banco do Brasil Aktiengesellschaft, instituição financeira situada em Viena, na Áustria, cuja atividade principal consiste em operações bancárias, tais como (i) a administração ou depósito de fundos; (ii) a implementação de pagamento eletrônico e serviços de compensação e contas correntes; (iii) a concessão de empréstimos; (iv) serviços de custódia de valores mobiliários; e (v) a emissão e gestão de meios de pagamento, como cartões de crédito, cheques bancários e cheques de viagem. Neste cargo, exerceu as seguintes funções: relacionamento direto com as autoridades reguladoras austríacas, áreas administrativas e de “*compliance*” do Banco do Brasil Aktiengesellschaft.

De Julho/2008 a Janeiro/2011: Diretor-Presidente do Banco do Brasil Aktiengesellschaft, instituição financeira situada em Viena, na Áustria, cuja atividade principal consiste em operações bancárias, tais como (i) a administração ou depósito de fundos; (ii) a implementação de pagamento eletrônico e serviços de compensação e contas correntes; (iii) a concessão de empréstimos; (iv) serviços de custódia de valores mobiliários; e (v) a emissão e gestão de meios de pagamento, como cartões de crédito, cheques bancários e cheques de viagem. Neste cargo, exerceu as funções de diretor estatutário, com responsabilidade integral sobre o Banco do Brasil Aktiengesellschaft no continente europeu.

a.viii.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.ix. Marcelo de Deus Saweryn

a.ix.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Desde 1994: Sócio-Diretor da SAWERYN & Associados S/S Auditores Independentes, sociedade que tem por atividades principais a prestação de serviços de auditoria, consultoria, assessoria tributária, contabilidade e perícia contábil. Neste cargo, exerce as seguintes funções: a prestação de serviços de exame ou revisão limitada de demonstrações financeiras; avaliação dos procedimentos de controles internos sobre as principais operações de empresas; auditoria de sistemas; exame das demonstrações financeiras para fins de aquisições, fusões, cisões parciais e totais, etc.; auditoria interna; assessoria tributária e perícia contábil, incluindo assessoramento em processos judiciais, assistência técnica em perícias judiciais e levantamos internos ou em partes relacionadas.

a.ix.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.x. Lisiane Miguel Wilke

a.x.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Desde Novembro/2001: *Compliance* na AGIPLAN Financeira S.A. CFI, sociedade que tem por atividades principais a prestação de serviços de crédito pessoal, crédito consignado, cartão de crédito, seguros e consórcios. Neste cargo, exerce as seguintes funções: é responsável pelo *compliance*, controles internos e gerenciamento de risco, atendendo a regulamentação do Banco Central do Brasil.

De Fevereiro/2010 a Novembro/2011: Gerente Administrativo Financeira na Arcadia Urbanismo, que tem por atividades principais a incorporação e urbanismo de condomínios de lotes residenciais. Neste cargo, exerceu as seguintes funções: controle das atividades financeiras, compreendendo fluxo de caixa, autorização de pagamentos, cobrança, relatórios gerenciais, estudo de viabilidade financeira para novos empreendimentos e negociação com instituições financeiras.

De Fevereiro/2009 a Fevereiro/2010: Sócia Gerente na SAWERYN & Associados S/S Auditores Independentes, sociedade que tem por atividades principais a prestação de serviços de auditoria, consultoria, assessoria tributária, contabilidade e perícia contábil. Neste cargo, exerceu as seguintes funções: prestação de serviços de exame ou revisão limitada de demonstrações financeiras; avaliação dos procedimentos de controles internos sobre as principais operações de empresas; auditoria de sistemas e auditoria interna, analisando estrutura de controles internos e gerenciamento de risco.

De 2001 a 2008: Gerente Financeiro, Gerente de Auditoria e Gerente de Controles Internos no Grupo Sabemi, que tem por atividade principal a atuação no segmento de

crédito consignado junto a servidores públicos federais, estaduais e municipais de órgãos da administração direta, civis e militares (Aeronáutica, Exército e Marinha), autarquias e fundações. Nestes cargos, exerceu, respectivamente, as seguintes funções: (i) controle das atividades financeiras, compreendendo fluxo de caixa, autorização de pagamentos, cobrança, relatórios gerenciais e negociação com instituições financeiras; (ii) estruturação do departamento de auditoria interna, iniciando pelo mapeamento dos processos, identificação, análise e mitigação dos riscos, implementação de controles internos; e (iii) coordenação do planejamento estratégico, gerenciamento de risco, acompanhamento e teste dos controles internos.

De 2000 a 2001: Analista de Contabilidade no Banco Matone S.A., que tem por atividade principal a prestação de serviços no mercado financeiro. Neste cargo, exerceu as seguintes funções: registro e acompanhamento das operações de crédito, envio de informações para o Banco Central do Brasil – BACEN, acompanhamento e organização interna das normativas do BACEN.

De 1994 a 2000: Auditora Sênior de Auditoria na PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que tem por atividades principais a prestação de serviços de auditoria, consultoria tributária, societária e de negócios. Neste cargo, exerceu as seguintes funções: auditorias externas, desenvolvendo exames de balanço, bem como levantamento de controles internos em empresas de diversos ramos, abrangendo todas as áreas (Indústria, Comércio, Serviços, Instituições Financeiras), coordenação de equipes de trabalho, elaboração de programas de trabalho e emissão de pareceres e relatórios.

a.x.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre:

a. administradores da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais entre os administradores da Companhia e:

a. sociedade controlada, direta e indiretamente, pela Companhia

A indicada para o Conselho Fiscal, Sra. Lisiane Miguel Wilke, durante as experiências profissionais na SAWERYN & Associados S/S Auditores Independentes (Fevereiro/2009 a Fevereiro/2010) e na PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (1994/2000), indica dentre os principais clientes atendidos a Famastil Taurus Ferramentas.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladores ou controladas de algumas dessas pessoas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

*_*_*

ANEXO G

DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

(Conforme Instrução CVM 480 e Instrução CVM 481)

Para fins de cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis, a Administração da Companhia disponibilizou aos Senhores Acionistas todos os documentos abaixo listados, que encontram-se consolidados e disponíveis no Sistema de Envio de Informações Periódicas e Eventuais – IPE da CVM, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas”:

- (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (ii) Relatório Anual da Administração sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011;
- (iii) Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2012;
- (vi) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e
- (vii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

*_*_*

ANEXO H

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”) a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida do Forte n.º 511, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 27 de abril de 2012, às 9:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras anuais completas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011;
- (ii) examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a distribuição de dividendos e a ratificação dos juros sobre capital próprio;
- (iii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2012;
- (iv) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2012;
- (v) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
- (vi) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2012.

Instruções Gerais:

- Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurus.com.br).
- A Companhia procederá a publicação, no “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul” e no “Jornal do Comércio”, em suas edições do dia 28/03/2012, dos seguintes documentos: (i) Relatório da Administração; (ii) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em

31/12/2011; (iii) Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, e (iv) Parecer do Conselho Fiscal. A Companhia publicará ainda, na mesma data, de forma condensada, no “Valor Econômico”, editado na cidade de São Paulo, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados e outros demonstrativos relativos ao exercício findo em 31/12/2011.

- Para poder participar da Assembleia, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar: (i) documento de identidade; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data de realização da Assembleia, ou, relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do Acionista por procurador, outorgado nos termos do Art. 126, §1º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes bastantes).
- Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente até às 18:00 horas do dia 23 de abril de 2011, o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos via fac-símile para o número (51) 3021-3110, em atenção à Área de Relações com Investidores (A/C Edair Deconto ou Doris Wilhelm); por e-mail para ri@taurus.com.br ou doris.wilhelm@taurus.com.br; ou, ainda, para o seguinte endereço: Avenida do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, CEP 91360-000, Porto Alegre, RS – Brasil, A/C Edair Deconto ou Doris Wilhelm

Porto Alegre, 27 de março de 2012.

Luis Fernando Costa Estima
Presidente do Conselho de Administração

*_*_*